

2
Tietê, Rio (SP)
poluição, prevenção e controle



1290000943



TCC/UNICAMP F841p



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DO RIO TIETÊ

ANÁLISE DO CONTROLE DA POLUIÇÃO INDUSTRIAL A PARTIR DO
CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL SUSTENTÁVEL

ANA PAULA FRACALANZA

Monografia apresentada ao
Instituto de Economia da
Universidade Estadual de
Campinas sob a orientação
da Profa. Dra. Leila da
Costa Ferreira.

CAMPINAS

TCC/UNICAMP
F841p
IE/943

1993

CEDOC/IE

Aos meus pais

Trabalho desenvolvido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado de São Paulo - FAPESP - Bolsa de Iniciação Científica

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final de um trabalho como este é como ler a última página de um livro muito envolvente: trata-se de uma difícil separação. Talvez, pela cumplicidade que com ele criamos, da qual decorre uma sensação de perda.

Por outro lado, embora terminado, parece que sempre falta algo a ser feito, uma coisinha aqui, outra ali ... Mas, o ponto final é inevitável.

Neste momento, gostaria de agradecer àqueles que me auxiliaram nesse processo, contribuindo das mais diferentes formas para sua realização.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, pela concessão de Bolsa de Iniciação Científica que possibilitou a realização do trabalho.

Aos entrevistados, que se dispuseram a dispendir parte de seu tempo e permitiram, com a riqueza de suas informações e dados, a análise do Programa de Despoluição do Rio Tietê.

À pesquisadora Lúcia da Costa Ferreira, pela orientação por ocasião da escolha e localização dos entrevistados.

À Profa. Dra. Arlete Moyses Rodrigues, pela oportuna indicação da reunião realizada na Associação Nacional do Solo Urbano - ANSUR, na qual foi discutida a questão do Programa de Despoluição do Rio Tietê - PDRT.

Aos membros da ANSUR, pelo convite de que participasse de suas reuniões nas quais foi discutido o PDRT, além de terem fornecido material de suma relevância.

Ao Núcleo União Pró-Tietê e em especial ao seu coordenador Mário Mantovani, pelo interesse em ajudar-me a levantar dados sobre o Programa de Despoluição do Rio Tietê e sobre a "Campanha pela Recuperação e Preservação do Tietê", através do acesso a seu arquivo de material de Imprensa e das fotocópias ali obtidas.

Ao Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan, pelo apoio recebido, desde que este trabalho ainda era apenas um projeto de iniciação científica.

A minha orientadora Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira, pelo entusiasmo e disposição com que, desde o início, acolheu o meu trabalho.

À minha mãe que, com suas dúvidas e descobertas sobre a questão ambiental, despertou meu interesse pelo tema.

Ao meu pai, pelas constantes leituras, sugestões e críticas que tanto contribuíram para o resultado deste trabalho.

À minha avó Zulina, moradora paulistana, que acompanhou atentamente e com entusiasmo as investigações sobre seu tão conhecido Tietê.

À Rosana, pelo tanto que nos foi possível partilhar, não só pela amizade, mas também pelo interesse comum na pesquisa ambiental.

Ao meu irmão Paulo, pelo apoio e incentivo por ocasião da realização do projeto desta pesquisa.

Ao Alexandre, pelo aprendizado diário de que nem sempre os caminhos mais fáceis são aqueles nos quais nos realizamos.

ÍNDICE

RESUMO.....	1
INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO 1 - A QUESTÃO DO (SUB)DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA NO PENSAMENTO ECONÔMICO.....	8
CAPÍTULO 2 - O RELATÓRIO BRUNDTLAND.....	15
A conceituação de desenvolvimento sustentável..	15
O desenvolvimento industrial sustentável.....	21
CAPÍTULO 3 - PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DO RIO TIETÊ.....	27
Objetivos e metas.....	27
A participação dos atores sociais.....	42
CONCLUSÃO.....	58
TABELA I - CLASSIFICAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS.....	61
NOTAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71
BIBLIOGRAFIA.....	73
ANEXO I - RELAÇÃO DO MATERIAL DE IMPRENSA UTILIZADO.....	77
ANEXO II - RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	79
ANEXO III - TÓPICOS PARA ENTREVISTAS.....	80
ANEXO IV - COMISSÃO ESPECIAL PARA O PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DO RIO TIETÊ.....	82

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar o Programa de Despoluição do Rio Tietê (PDRT) a partir do conceito de desenvolvimento sustentável presente no Relatório "Nosso Futuro Comum". Desenvolvimento sustentável, segundo esse Relatório, é "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades." Conforme esse documento, para a análise de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, é fundamental considerar-se os meios que permitam alcançá-la e, portanto, identificar os atores sociais presentes na sua formulação e execução. O citado Relatório, apesar de reconhecer o papel relevante que os diversos atores sociais devem assumir, aponta o Estado como a instância privilegiada na busca do desenvolvimento sustentável. O Programa de Despoluição do Rio Tietê (PDRT), anunciado pelo Governo do Estado de São Paulo em 31 de janeiro de 1992, busca a despoluição de origem industrial e a causada por esgotos domésticos do Rio Tietê e de seus principais afluentes. Segundo dados levantados junto à CETESB, através de entrevistas qualitativas semi-estruturadas e da consulta a jornais, notamos que a participação popular e de Organizações Não Governamentais (ONGs) existiu principalmente quando foi realizada a "Campanha pela Recuperação e Preservação do Tietê", anteriormente ao surgimento do mesmo. Verifica-se ainda certa participação desses atores sociais no controle do Programa. Entretanto, o agente formulador e implantador do mesmo é o Governo Estadual. Portanto, tomando por base os dados levantados, concluímos haver uma aproximação entre as formas de atuação dos diversos atores sociais no PDRT e no Relatório "Nosso Futuro Comum". Para ambos, o governo é a instância privilegiada na elaboração e na execução das estratégias de desenvolvimento preconizadas.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva realizar uma análise do Programa de Despoluição do Rio Tietê (PDRT), anunciado pelo Governo do Estado de São Paulo a 31 de janeiro de 1992. Esse programa visa principalmente o controle das duas fontes de poluição do Rio Tietê: a provocada pelos esgotos domésticos e a advinda das indústrias.

Mas o que há de particular nesse Programa que justifique sua escolha enquanto objeto de estudo?

Em primeiro lugar, a afirmação feita em documento oficial da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB - de que a despoluição do Rio Tietê é uma prioridade do Governo do Estado de São Paulo.

Isso pode parecer por demais óbvio, não fosse o fato de que desde a década de 50 são realizados planos para despoluição desse rio.

Em segundo lugar, é peculiar o processo que antecedeu sua implantação, que consistiu na chamada "Campanha pela Recuperação e Preservação do Tietê".

Este envolveu os mais variados atores sociais que, através de debates, "shows" e um abaixo-assinado contendo mais de um mi-

lhão de assinaturas, pediram a despoluição do Rio Tietê.

Soma-se a isso o fato de existir um discurso amplamente divulgado pela imprensa, por algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) e pelo próprio Governo do Estado que relaciona o surgimento do Programa de Despoluição do Rio Tietê (PDRT) à pressão exercida por essa Campanha e julgamos estar defronte a um processo "suis generis" de política pública emanada a partir da mobilização popular.

Feita essa breve exposição de algumas particularidades do Programa de Despoluição do Rio Tietê, vamos explicar de que forma realizaremos a análise desse Programa.

Nossa análise apóia-se teoricamente no conceito de desenvolvimento sustentável presente no Relatório "Nosso Futuro Comum" (1991), também conhecido por "Relatório Brundtland", elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CM-MAD).

Este documento ressalta a necessidade de que fatores ambientais, sociais e políticos sejam considerados juntamente aos econômicos na formulação de estratégias de desenvolvimento.

A escolha de um conceito de desenvolvimento que leve em conta fatores ambientais deve-se à crescente importância que os mesmos vêm assumindo nas discussões sobre as estratégias de desen-

volvimento, além do fato de que o objeto desta pesquisa é uma política pública voltada à despoluição de um manancial.

O uso do conceito de desenvolvimento sustentável contido no Relatório "Nosso Futuro Comum" justifica-se pelo fato de que este conceito ocupa uma posição central no debate sobre desenvolvimento e meio ambiente.

Segundo VIOLA & LEIS (1991), há certas bases consensuais quanto aos fins e objetivos de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Mas, existem divergências quanto aos meios ou procedimentos para alcançá-los.

Esses autores indicam a existência de três posições principais com relação ao lugar sócio-institucional predominante, ainda que não exclusivo, para conduzir a transição na direção de uma sociedade sustentável: segundo a posição estatista, o Estado deve, através de uma intervenção normativa, reguladora e promotora, resguardar a qualidade ambiental, considerada essencialmente um bem público; de acordo com a posição comunitária, cabe aos grupos comunitários e às Organizações Não Governamentais papel predominante na transição para uma sociedade sustentável; finalmente, a posição de mercado assegura à lógica intrínseca de mercado esse papel.

É precisamente nos meios necessários à obtenção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que iremos centrar nossa

atenção. Nesse sentido, faz-se necessário definir quais os atores sociais privilegiados nesse processo.

Com esse objetivo, procuramos analisar o Programa de Despoluição do Rio Tietê quanto aos atores sociais envolvidos na formulação e execução das estratégias de desenvolvimento propostas, de acordo com as formulações descritas no Documento "Nosso Futuro Comum". Para tanto, formulamos uma tipologia que classifica os atores sociais em dois grupos básicos: atores governamentais e não governamentais. Dentro de cada um desses grupos apresentamos os subgrupos, ressaltando suas divergências de posicionamentos. Isso possibilitou a análise comparativa entre os documentos citados.

Partimos do pressuposto que, para a análise de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, é fundamental considerar-se os meios que permitam alcançá-la e, portanto, identificar os atores sociais presentes na sua formulação e execução. Assim, trabalharemos com as seguintes hipóteses:

A) O Programa de Despoluição do Rio Tietê, apesar de contar com organizações não governamentais (ONGs) para sua elaboração, tem nos atores governamentais seu principal agente formulador e implantador.

B) Existe uma aproximação entre os meios propostos para uma estratégia de desenvolvimento sustentável, segundo o Documento

"Nosso Futuro Comum", e os meios utilizados na formulação e implantação do Programa de Despoluição do Rio Tietê.

Afora esta introdução, este trabalho é composto de três capítulos e da conclusão.

No CAPÍTULO I, traçamos um panorama de como o pensamento econômico relacionado à questão do desenvolvimento na América Latina após a década de quarenta vem incorporando aspectos sociais, políticos e ambientais aos fatores econômicos para elaboração de suas análises.

O CAPÍTULO II apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável tal qual é elaborado no Relatório "Nosso Futuro Comum". Este capítulo é composto de duas partes.

Na primeira, inicialmente expomos o conceito de desenvolvimento sustentável de uma forma mais ampla, para a seguir aprofundarmo-nos na questão de como é vista a pobreza nos países do chamado "mundo em desenvolvimento".

Na segunda, detemo-nos na conceituação de desenvolvimento industrial sustentável apresentada pelo Relatório e na determinação do papel dos diferentes atores sociais na busca dessa forma de desenvolvimento.

O CAPÍTULO III, que apresenta a análise do Programa de Despoluição do Rio Tietê (PDRT), também é dividido em duas partes.

A primeira parte apresenta aspectos básicos do Programa, dando especial atenção ao controle da poluição de origem industrial. Expomos quais seus objetivos e metas, as principais obras propostas e os órgãos governamentais responsáveis pela execução das mesmas e o volume de financiamentos necessários para sua realização.

Na segunda parte deste capítulo, tratamos da questão dos atores sociais envolvidos no processo de formulação, implantação e controle do PDRT. Para isso, utilizamo-nos dos dados levantados através de entrevistas qualitativas semi-estruturadas, de pesquisa a jornais e revistas e de informações contidas em folhetos de divulgação do Programa editados pelo Governo do Estado. Através destes dados, traçamos um perfil da participação dos atores sociais no Programa.

Na CONCLUSÃO realizamos a análise comparativa do conceito de desenvolvimento sustentável presente no Relatório "Nosso Futuro Comum" e do Programa de Despoluição do Rio Tietê, através da classificação dos atores sociais participantes dessas duas estratégias de desenvolvimento, segundo tipologia por nós formulada.

CAPÍTULO I

A QUESTÃO DO (SUB)DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA NO PENSAMENTO ECONÔMICO

A escola de pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em sua concepção, em 1949, considerava o desenvolvimento econômico como expresso "no aumento do bem-estar material, normalmente refletido pela elevação da renda real por habitante e condicionado pelo crescimento da produtividade média do trabalho." (RODRIGUEZ:1981, p.36). Essa visão de desenvolvimento tinha como essência o progresso técnico. Todavia, a propagação desigual desse progresso produziu dois blocos de países com estruturas diferentes e complementares.

Diferentes, pois nos países periféricos a estrutura produtiva é especializada e heterogênea, enquanto nos países centrais é diversificada e homogênea¹. Complementares, pois o processo de desenvolvimento do centro está intrinsecamente ligado ao processo de subdesenvolvimento da periferia: na medida em que a periferia obtém das economias centrais uma série de produtos, principalmente manufaturados, o centro importa das economias periféricas fundamentalmente alimentos e matérias primas (RODRIGUEZ:1981, p.19). Centro e periferia, então, compõem uma certa divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, a reprodução das desigualdades entre nações é acentuada pela existência de taxas diferenciais de salários e graus distintos de progresso técnico entre

o centro e a periferia. (CARDOSO:1985, p.54)

Essas contribuições da CEPAL foram, todavia, criticadas por Octavio Rodriguez na introdução da sua obra "Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal". Diz ele que "ao colocar toda a ênfase na esfera da produção de bens e serviços, elas não examinam ou, com mais propriedade, só examinam de forma tangencial e superficial - as relações sociais que estão na base do processo de industrialização da periferia e das transformações estruturais que ele traz consigo." (RODRIGUEZ:1981, p.21)

Um avanço no sentido de não se limitar a questão do subdesenvolvimento a seus aspectos econômicos pode ser encontrado na obra de CARDOSO e FALETTI, "Dependência e Desenvolvimento na América Latina". Segundo esses autores, quando o objetivo proposto é compreender a formação de economias nacionais, a discussão do processo de desenvolvimento não pode ser realizada de um ângulo puramente econômico ².

Para eles, a teoria da dependência acentua "tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional." Na opinião desses autores, as relações de dependência entre uma Nação e outra "se tornam concretamente possíveis por intermédio de uma rede de interesses e de coações que ligam uns grupos sociais aos outros, umas classes às outras", não tendo, portanto, caráter metafísico.

(CARDOSO e FALETTTO:1970, p.139/140).

Atualmente além dos fatores econômicos, sociais e políticos, um novo aspecto vem ganhando importância na análise da questão do desenvolvimento: o aspecto ambiental.

Uma crítica a análises que observam somente aspectos econômicos é realizada pela Comisión de Desarrollo y Medio Ambiente de America Latina y el Caribe (CDMAALC), no Documento "Nuestra Propria Agenda".

Considerando que já houve época em que se concentrou a atenção em questões de ordem econômica, não levando em conta aspectos de natureza social e nem mesmo de natureza ecológica, a citada Comissão propõe a consideração desses fatores de modo a manter a produtividade dos sistemas naturais (CDMAALC:1990, p.50)

Um dos pontos básicos dessa obra é o reconhecimento da necessidade de implantação de uma estratégia própria para a América Latina e o Caribe.

"No existe una estrategia universal para alcanzar el desarrollo sustentable. Las estrategias más acertadas están condicionadas por el análisis que hagamos de las peculiaridades institucionales, económicas y sociales de la región y por la consideración de nuestros problemas ambientales." (CDMAALC:1990, p.3)

Para a seleção dos temas ambientais prioritários na região foram estabelecidos critérios que, segundo a Comissão, podem ser

utilizados pelos diferentes países para estabelecer suas próprias prioridades ambientais nacionais, que podem diferir das prioridades tomadas com relação a toda a região. São os critérios:

"La amplitud geográfica de los procesos ambientales considerados; el volumen de población afectada directamente; el volumen de actividades económicas afectadas directamente; la gravedad de los efectos sobre la población y las actividades económicas; la capacidad, actual y potencial, de enfrentar los procesos ambientales implicados." (CDMAALC:1990, p.23)

Através destes critérios, os temas ambientais prioritários selecionados são:

- El medio ambiente en los asentamientos humanos.
- Los recursos hídricos.
- Los ecosistemas y el patrimonio biológico.
- Los recursos forestales.
- Los recursos del mar y costeros.
- La energía.
- Los recursos mineros (no energéticos).
- La industria." (CDMAALC:1990, p.23)

As origens da penúria latino-americana são, segundo o documento, múltiplas e complexas. Entre elas destacam-se:

"una larga tradición de gobiernos autoritarios insensibles al cambio social; políticas económicas equivocadas que apostaron al crecimiento indefinido sin atender a la distribución del ingreso; Estados que se agotan en intervencionismos puntuales quedando sin capacidad para aplicar políticas transcendentales para el mediano y largo plazo; una desfavorable inserción de América Latina en la economía mundial y un trato inequitativo por parte de los países desarrollados; el rezago científico-tecnológico y un estilo de desarrollo que no protege nuestro patrimonio de recursos naturales; e un modelo de desarrollo utilizado por las elites latinoamericanas que ha contribuido a la enorme deuda externa de la región." (CDMAALC: 1990, p.8).

Esse documento enfatiza que, para a promoção do desenvolvimento sustentável na região, deve-se procurar um conceito de qualidade de vida próprio, baseado principalmente em tecnologias compatíveis com os ecossistemas e com as condições socioculturais da região, que satisfaçam as necessidades da população.

Segundo esse documento, as linhas mestras a serem seguidas com esse objetivo são:

- La erradicación de la pobreza.
- El aprovechamiento sostenible de los recursos naturales.
- El ordenamiento del territorio.
- El desarrollo tecnológico compatible con la realidad social y natural.
- Una nueva estrategia económica-social.
- La organización y movilización social.
- La reforma del Estado." (CDMAALC:1990, p.52)

Através dessas linhas mestras podemos perceber um ponto fundamental quando se busca estratégias para o desenvolvimento que considerem a questão ambiental: a definição do papel dos atores sociais envolvidos nesse processo. Esse fato é de suma importância dado que a eficiência nos resultados de uma estratégia pode estar condicionada à participação de atores sociais que devem ser conscientizados de seu papel e da importância de sua participação.

Nesse sentido, convém ressaltar a obra Cuidando do Planeta Terra - Uma Estratégia para o Futuro da Vida, uma publicação conjunta da União Internacional para a Conservação da Natureza-

IUCN, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA e do Fundo Mundial para a Natureza - WWF. Trata-se, segundo seus formuladores, de "um guia amplo, mas prático, para as políticas que devemos adotar e as atitudes que precisamos tomar." (IUCN-UNEP-WWF:1991, p.3)

Com esse objetivo, são apresentados princípios que norteiam as ações a serem realizadas, sempre atentando para o fato da importância das atitudes que devem ser mutuamente dependentes em níveis individual, local, nacional e internacional. Os princípios são:

"respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivo, melhorar a qualidade da vida humana, conservar a vitalidade e diversidade do Planeta Terra, minimizar o esgotamento de recursos não-renováveis, permanecer dentro dos limites da capacidade de suporte de nosso Planeta, modificar atitudes e práticas pessoais, permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio ambiente, gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação e constituir uma aliança global." (IUCN-UNEP-WWF:1991, p.3)

Assim, além da necessidade de ação em nível nacional através dos governos e em nível mundial através das nações, deve-se desenvolver ações por meio das comunidades locais. Para isso, deve-se fazer uma campanha por uma sociedade sustentável. Os métodos utilizados com esse objetivo variam de acordo com o país, tradição cultural, religião e estágio de desenvolvimento. Porém algumas pautas e métodos são apresentados, como por exemplo utilização da "mídia" disponível, uso de linguagens locais, fornecimento aos indivíduos de sumários e sínteses dos fatos, entre outros.

Nosso intuito ao citar essa obra, mais do que ressaltar as ações propostas para o desenvolvimento sustentável, é demonstrar a necessidade que vem se observando de que se leve em conta, em qualquer estratégia de desenvolvimento, não apenas governos nacionais, mas também comunidades e indivíduos.

A emergência de novos atores sociais a partir da intensificação do debate sobre a questão ambiental e a importância da participação desses atores quando se consideram estratégias de desenvolvimento sustentável, são ressaltados por FERREIRA:

"Durante a sustentabilidade, os líderes políticos e os cidadãos serão igualmente forçados a reavaliar seus objetivos e aspirações e redefinir seus critérios de sucesso e ajustar trabalho e lazer a um novo conjunto de princípios que trazem no seu âmago o bem-estar das gerações futuras." (FERREIRA:1992, p.47)

A autora, partindo da constatação da existência de poucos trabalhos de análise das políticas ambientais no Brasil, tem como objetivo central no seu trabalho "analisar o processo de formulação e implementação da política ambiental no estado de São Paulo" (FERREIRA:1992, p.8).

Devemos ressaltar a importância desse trabalho como representante de uma nova tendência - ou seja, a de considerar os fatores ambientais como fundamentais para estratégias de desenvolvimento, lembrando que o fato de levar em conta os atores sociais envolvidos nesse processo é aspecto fundamental para que se obtenham os resultados pretendidos.

CAPÍTULO II

O RELATÓRIO BRUNDTLAND

A conceituação de desenvolvimento sustentável

Neste capítulo buscamos apresentar o conceito de desenvolvimento sustentável elaborado na obra "Nosso Futuro Comum" pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD):

"Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas." (CMMAD:1991, p.49)

Este conceito contém dois elementos-chave (CMMAD:1991,p.46):

- o conceito de "necessidades", sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;
- a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras;"

Portanto, de acordo com esse documento, a noção de desenvolvimento deve estar intrinsecamente ligada à de ambiente pois, segundo essa Comissão, estas duas instâncias "não constituem desafios separados." 3

Além da relação existente entre problemas ambientais e econômicos, esse documento ressalta a influência dos fatores sociais

e políticos nesses problemas (CMMAD:1991, p.41).

Visando estabelecer mais concretamente quais objetivos atingir com o desenvolvimento sustentável, o Relatório enumera alguns pontos fundamentais a serem perseguidos (CMMAD:1991, p.53):

- retomar o crescimento;
- alterar a qualidade do desenvolvimento;
- atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento;
- manter um nível populacional sustentável;
- conservar e melhorar a base de recursos;
- reorientar a tecnologia e administrar o risco;
- incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões."

Dentre esses objetivos, chamamos especial atenção para a questão do atendimento das necessidades básicas da população. Dentro desta preocupação, o Relatório enfatiza a questão da pobreza nos países do 3º mundo:

"A pobreza não é apenas um mal em si mesma, mas para haver um desenvolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor. Um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza." (CMMAD: 1991, p.10/11).

A pobreza é diretamente vinculada aos problemas ambientais:

"muitas formas de desenvolvimento desgastam os recursos ambientais nos quais se devem fundamentar, e a deterioração do meio ambiente pode prejudicar o desenvolvimento econômico. A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo." (CMMAD:1991, p.4)

Aqui cabe fazer uma ressalva, que diz respeito a essa relação causal pobreza-problemas ambientais. É inegável a influência da questão ambiental nos problemas de pobreza existentes no mundo. Mas deve-se levar em conta a importância de outros aspectos, principalmente os políticos e aqueles relacionados às políticas sociais, sem os quais não são viáveis as propostas de combate à pobreza. Tomemos como exemplo o caso do Brasil, para explicar esse ponto. Segundo Barbosa de OLIVEIRA e Wilnes HENRIQUE (1990), as principais causas da reprodução da pobreza no país devem ser buscadas a partir de três eixos explicativos: "a maneira como foi encaminhada a questão agrária, a especificidade do mercado de trabalho e a natureza das políticas sociais consideradas em seus traços histórico-estruturais". (OLIVEIRA e HENRIQUE:1990, p.27)

Esses autores procuram demonstrar que os determinantes da pobreza e da exclusão social não são exclusivamente econômicos:

"(...) não se pode analisar a questão da pobreza simplesmente considerando-se a especificidade da estrutura econômica. Na verdade, os processos políticos, a maior ou menor presença dos interesses das camadas subalternas na atuação do Estado constituem momentos necessários na análise dos determinantes da pobreza (...) Em síntese, a reprodução da pobreza no país é o espelho de uma sociedade conservadora e de um Estado também conservador, dominado por interesses privados e por uma coalizão de classes que excluía a presença das camadas subalternas." (OLIVEIRA e HENRIQUE:1990, p.27)

Também nesse sentido, SUNKEL (1984) aponta como essencial para o combate à pobreza no mundo subdesenvolvido a resolução de problemas sociais e políticos existentes nesses países, problemas

esses estritamente vinculados ao processo de desenvolvimento desses países e à inserção dos mesmos no contexto internacional.

"...? La innegable eficacia de las estrategias de desarrollo seguidas en materia de crecimiento económico e industrialización no ha tenido un resultado equivalente en materia social: pese a que los ingresos medios han registrado un incremento apreciable y a que los indicadores sociales también muestran mejoramientos significativos, la pobreza extrema sigue prevaleciendo ampliamente entre los sectores populares urbanos y rurales, persiste la aguda desigualdad en la distribución del ingreso, los desequilibrios urbano-rurales y regionales continúan y el desempleo y subempleo aún llegan a niveles elevadísimos. Esta situación se hace cada vez menos tolerable en la medida en que la mayoría de los países de la región alcancen un nivel de desarrollo económico y institucional que les permita erradicar cuando menos la pobreza absoluta." (SUNKEL:1984, p.3)

No caso brasileiro, como afirmam OLIVEIRA & HENRIQUE (1990), a miséria já poderia ter sido erradicada.

"Ora, é evidente que este crescimento econômico (do pós-guerra) poderia ter sido acompanhado por melhorias generalizadas nos padrões de vida da população e, na atualidade, a capacidade produtiva do País, considerada dinamicamente, suportaria padrões de erradicação da miséria, como bem demonstra recente pesquisa dirigida por Carlos Lessa." (OLIVEIRA & HENRIQUE:1990, p.27)

Outra questão que convém ressaltar, diz respeito à pobreza como uma das principais causas dos problemas ambientais mundiais:

"O desgaste do meio ambiente foi com frequência considerado o resultado da crescente demanda de recursos escassos e da poluição causada pela melhoria do padrão de vida dos relativamente ricos. Mas a própria pobreza polui o meio ambiente, criando outro tipo de desgaste ambiental." (CMMAD:1991, p.30)

É importante ressaltar quanto a isso que, mesmo que consideremos a pobreza intrinsecamente ligada aos problemas ambientais no mundo, não podemos perder de vista os problemas de degradação ambiental existentes no 1º Mundo e suas consequências para a degradação ambiental global.

"Um habitante do "mundo desenvolvido" (EUA, Europa Ocidental e Japão) consome 25 vezes mais recursos naturais que um íncola do "3º Mundo" (...) Somente os EUA, com 5% da população da terra, consome 30% dos bens que ela produz. As indústrias americanas lançam na atmosfera muitas vezes mais gás carbônico que todas as queimadas da Amazônia." (MILARÉ e MAGRI:1990, p.105)

Portanto, a relação entre a pobreza e os problemas ambientais exemplifica como as condições sociais, políticas, econômicas e culturais específicas de cada país influenciam as estratégias a serem seguidas em busca do desenvolvimento sustentável.

Do que foi exposto, podemos concluir que é necessária a existência de objetivos gerais, tal como foi apresentado no Relatório "Nosso Futuro Comum" (1991). Mas deve-se ter em mente que os pontos aqui levantados exercem influência diferenciada, de acordo com as características históricas específicas de cada país. Países do 3º Mundo têm problemas estruturais a serem resolvidos que muitas vezes não se colocam na realidade dos países do 1º Mundo. Esta questão, apesar de presente no decorrer do Relatório, não é abordada de forma histórica. São enumeradas estratégias gerais de conduta, mas que podem não ser significativas quando inseridas em realidades históricas específicas, ou mesmo

não ser viáveis quando se observam as condições de desenvolvimento que se processaram nos diferentes países, e as relações internacionais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Como bem sintetiza SUNKEL (1984):

"Em síntese, un estilo de desarrollo está condicionado históricamente, tanto en sentido diacrónico como sincrónico, es decir, por su próprio pasado y por sus articulaciones internacionales contemporáneas." (SUNKEL:1984, p.8)

Com o intuito de cumprir esses objetivos, são definidos os requisitos necessários à instalação desse processo que, segundo o Relatório da CMMAD, devem inspirar a ação nacional e internacional para o desenvolvimento:

- um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;
- um sistema econômico capaz de gerar excedentes e *know-how* técnico em bases confiáveis e constantes;
- um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;
- um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções;
- um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento;
- um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se." (CMMAD:1991, p.70)

Tais requisitos apontam para a necessidade da implantação de estratégias de desenvolvimento que levem em conta aspectos ambientais, econômicos, sociais, políticos, tecnológicos e institucionais. Ao seu lado, a consideração de que o desenvolvimento de uma nação não deve ser considerado isoladamente, já que "as características sistêmicas não atuam somente no interior das na-

ções, mas também entre elas", acena para a importância, no que respeita ao desenvolvimento sustentável, de que haja união entre as nações (CHMAD:1991, p.42).

O desenvolvimento industrial sustentável

Segundo o Relatório "Nosso Futuro Comum" (1991), para ser sustentável a longo prazo, o desenvolvimento industrial terá que mudar radicalmente em termos de qualidade, especialmente nos países industrializados.

Com relação aos países em desenvolvimento, é necessário que estes se empenhem em "controlar a poluição e os resíduos, aumentando a reciclagem e reutilização, e minimizando os riscos provenientes dos resíduos." (CHMAD:1991, p.239).

Dado o atraso tecnológico desses países, deve haver o aproveitamento dos novos métodos de gestão ambiental e de recursos desenvolvidos pelos países industrializados. Essas tecnologias, segundo o Relatório, devem ajudá-los na redução dos custos finais e no melhor aproveitamento dos recursos escassos.

A criação e a difusão de tecnologias ecologicamente viáveis, e entre essas as empregadas no controle da poluição, devem ser estimuladas. Deve haver um esforço para que haja o intercâmbio internacional de tecnologia, mediante "o comércio de equipamento

mais moderno, acordos de transferência de tecnologia, fornecimento de especialistas, colaboração em pesquisas, etc." (CMMAD:1991, p. 95)

O Relatório ressalta ainda o importante papel das empresas transnacionais nos países em desenvolvimento, devido à sua responsabilidade no sentido de facilitar a industrialização das nações em que operam, fornecendo assistência e informações, a fim de que possam usar a tecnologia da melhor forma possível.

Com relação ao financiamento, o Relatório considera fundamental o papel das instituições financeiras multilaterais. Deste modo, o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional) têm um papel crucial nesses empréstimos, já que "as condições em que essas instituições concedem empréstimos servem de ponto de referência para empréstimos paralelos de outras instituições, como bancos comerciais e agências de crédito para exportações" (CMMAD:1991, p.84)

Esses órgãos financiadores devem, ao avaliar os empréstimos para ajustes estruturais, as políticas baseadas em recursos ou os projetos específicos, levar em conta a sustentabilidade dos mesmos.

Quando o Relatório Brundtland anuncia a importância do estímulo do fluxo de recursos para os países em desenvolvimento, apresenta a existência de duas preocupações interligadas: com a

quantidade dos recursos e com a "qualidade" dos mesmos. Esta última refere-se ao tipo de projeto e programa nos quais serão empregados esses recursos (CMMAD:1991, p.84):

"uma porção maior da assistência total ao desenvolvimento deveria ser destinada aos investimentos necessários para fortalecer o meio ambiente e a produtividade dos setores de recursos. Tais esforços incluem reflorestamento, estímulo aos combustíveis vegetais, proteção das bacias fluviais, conservação do solo, agrossilvicultura, projetos de recuperação e irrigação, agricultura de pequena escala, medidas sanitárias de baixo custo e conversão de cultivos em combustível." (grifo nosso)

Quanto ao papel dos diversos atores sociais na busca do desenvolvimento industrial sustentável, o Relatório define que é necessário que cada qual tenha pontos de referência bem definidos.

Desse modo, cabe ao governo a definição de metas ambientais e estabelecimento de leis, regulamentações, incentivos e padrões ambientais para as empresas industriais. A prioridade dessas políticas deve se voltar aos "problemas de saúde pública ligados à poluição industrial e aos rejeitos perigosos", bem como devem ser aperfeiçoadas suas estatísticas ambientais e a análise dos dados referentes às atividades industriais (CMMAD:1991, p.245) (grifo nosso).

Os assuntos tratados pelas regulamentações e pelos padrões devem ser, entre outros:

"poluição do ar e das águas, controle de rejeitos, saúde e segurança dos trabalhadores, eficiência de produtos e processos no tocante ao uso de energia e recurso, bem como manufatura, comercialização, utilização, transporte e deposição de substâncias tóxicas." (CMMAD:1991, p.245)

Segundo o Relatório, as regulamentações que impõem padrões de desempenho uniforme são fundamentais para garantir que as indústrias façam os investimentos necessários à redução da poluição e dos rejeitos, de modo a poderem concorrer em pé de igualdade entre si. Isso no sentido de haver limites ao que as indústrias fazem, quando operando em concorrência perfeita.

A elaboração dessa regulamentação deve ser feita a nível nacional, podendo os governos locais ir além, mas nunca aquém, das normas nacionais. Os sistemas adotados devem ser flexíveis, "sem especificar determinado processo ou tecnologia, considerando que os governos diferem muito em sua capacidade de formular e impor padrões legais." (CMMAD:1991, p.245) (grifo nosso)

Num nível mais amplo, os governos e comunidades devem atuar através de leis, educação, impostos, subsídios e outros métodos. Dentre esses instrumentos, a legislação, quando rigorosa em termos de responsabilidade e no seu cumprimento, tem um papel fundamental no controle de efeitos colaterais danosos (CMMAD:1991, p. 50/51). Mas a lei, por si só, não pode impor o interesse comum.

"Este requer principalmente a conscientização e o apoio da comunidade, o que implica maior participação pública nas decisões que afetam o meio ambiente. (...) Também é

preciso estimular as iniciativas dos cidadãos, e os poderes às organizações populares e fortalecer a democracia local." (CMMAD:1991, p. 68/69)

Assim, segundo o Relatório, não só o governo tem um papel fundamental na obtenção de um desenvolvimento sustentável, mas também as difíceis decisões necessárias a esse fim dependem "do apoio e do envolvimento de um público bem informado, de organizações não-governamentais, da comunidade científica e da indústria", devendo esses atores sociais ter "ampliados seus direitos, suas funções e sua participação no planejamento, na tomada de decisões e na implementação de projetos (...)" (CMMAD:1991, p.23)

Mas o ator principal que deve garantir os meios de atingir-se um desenvolvimento sustentável é o Estado:

"O fato de os Estados reconhecerem sua responsabilidade de garantir um meio ambiente adequado para as gerações presentes e futuras é um passo importante em direção ao desenvolvimento sustentável." (CMMAD:1991, p.369)

O Relatório apresenta algumas responsabilidades dos Estados para com seus próprios cidadãos e para com outros Estados. Dentre elas, encontram-se:

"evitar ou reduzir a poluição ou danos significativos ao meio ambiente; estabelecer padrões adequados de proteção ambiental; efetuar ou pedir que sejam efetuadas avaliações prévias, a fim de assegurar que os principais novos projetos, políticas e tecnologias contribuam para o desenvolvimento sustentável; divulgar prontamente todas as informações importantes, sempre que se tratar de emissões perigosas ou potencialmente perigosas de poluentes, sobretudo de material radioativo." (CMMAD:1991, p. 370/371)

Pudemos notar que quando é ressaltada a importância de outros atores sociais, que não os governamentais, seu papel é su-

bordinado ao das instituições governamentais, no sentido de um auxílio às mesmas, na execução de seus programas e projetos:

"As ONGs (organizações não-governamentais) deveriam dar alta prioridade à continuidade de sua atuação conjunta em projetos e programas de cooperação para o desenvolvimento, voltados para um desempenho melhor em programas bilaterais e multilaterais de desenvolvimento. (...) Com frequência, as ONGs e os grupos privados e comunitários podem ser uma alternativa eficiente e eficaz para as agências públicas, na execução de programas e projetos. Além disso, podem atingir determinados grupos-alvo, que as agências públicas não atingem. As agências bilaterais e multilaterais de assistência ao desenvolvimento, em especial o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial, deveriam recorrer a organizações não-governamentais ao executarem seus programas e projetos." (CMMAD:1991, p.366/367)

A indústria é outro setor que, segundo o Relatório, deve atuar em cooperação com os governos:

"A cooperação entre governos e indústrias seria ainda mais facilitada se fossem criados conselhos consultivos conjuntos para o desenvolvimento sustentável - para formular e implementar políticas, leis e regulamentações para formas mais sustentáveis de desenvolvimento. No plano internacional, os governos, em colaboração com a indústria e as ONGs, trabalhariam, através das organizações regionais adequadas, no sentido de criar códigos básicos de conduta para o desenvolvimento sustentável (...)" (CMMAD:1991, p.368)

Do que apresentamos acima, podemos concluir que, no Relatório "Nosso Futuro Comum", apesar do papel de diversos atores sociais na busca de um desenvolvimento sustentável ter sido considerado fundamental, o Estado é a instância privilegiada para esse fim. Nesse caso, segundo o Relatório, os diversos atores sociais se constituem em coadjuvantes do Estado na definição de políticas e na realização das práticas que permitem o desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO III

PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DO RIO TIETÊ

Objetivos e metas

O Rio Tietê nasce na cidade de Salesópolis, a 96 quilômetros da cidade de São Paulo. Na sua nascente, segundo Relatório de NERY JUNIOR (MAI/1993, p.22), há 8 mg/l de oxigênio em suas águas.

Próximo ainda à sua nascente o rio recebe esgotos tratados de 5.000 habitantes. Entretanto, na cidade de Biritiba Mirim, a 85 quilômetros da cidade de São Paulo, desembocam no Rio Tietê aproximadamente 1.000 m³ diários de esgotos não tratados, o que provoca redução da taxa de oxigênio em suas águas. A 63 quilômetros da cidade de São Paulo, na região da cidade de Mogi das Cruzes, a poluição aumenta consideravelmente quando os esgotos de 100.000 habitantes e os efluentes de 200 indústrias, ambos não tratados, são despejados no Rio Tietê. Por fim, já dentro da cidade de São Paulo, através de seu afluente, o rio Tamanduateí, o Rio Tietê recebe os detritos de 1125 fábricas da região. Essa enorme carga de efluentes, somada aos esgotos não tratados produzidos por cerca de 2 milhões de habitantes resulta na morte do rio que, assim, passa a ter uma taxa de oxigênio zero.

Segundo o Boletim "Memória Especial" editado pela ELETROPAULO, o principal determinante da poluição do Rio Tietê é a forma como se deu o processo de industrialização na região metropolitana de São Paulo (ELETROPAULO. Departamento de Patrimônio Histórico-ABR/1992, p.18).

"A poluição do Tietê é o resultado da desorganização e da irresponsabilidade que acompanhou a industrialização moderna, tanto na Europa como no Brasil. Rio de integração paulista, o Tietê passou, principalmente a partir de 1930, a servir de esgoto industrial e urbano. Segundo alguns especialistas, "além disso, graças a uma sugestão infeliz do então prefeito Ademar de Barros - que em 1955 interligou toda a rede de esgotos de São Paulo -, os dejetos de toda a indústria paulista passaram a terminar no Tietê".

Desse modo, a poluição do Rio Tietê está estritamente vinculada ao processo de urbanização e industrialização paulista, agravada por uma decisão de política do governo municipal de São Paulo na década de 50.

Segundo a Revista Veja de 30 de outubro de 1991 a poluição é produto "da ocupação desenfreada que transformou São Paulo na maior metrópole da América do Sul, mas não a preparou para oferecer um bom nível de qualidade de vida a seus habitantes." (p.13)

A preocupação com a questão do saneamento básico na Região Metropolitana de São Paulo é antiga. Segundo o "Relatório 1991" do Projeto Tietê, data do final do século passado a elaboração de estudos e projetos para o desenvolvimento do sistema de água e esgoto na Região. Quanto aos planos das primeiras estações de

tratamento e coleta, foram elaborados em 1952 no primeiro Plano Diretor de Esgoto Sanitário. No entanto, somente em 1975 o Governo do Estado criou o Sanegran, um sistema que propunha o tratamento dos esgotos em três estações: Suzano, Barueri e ABC (NERY JUNIOR:MAI/1993, p.6).

Já em 1984, foi realizada uma revisão do Plano Sanegran, levando-se em conta "a adequação dos estudos populacionais, das vazões de esgotos e parâmetros de projetos, que estavam defasados, e a busca de soluções mais econômicas e que proporcionassem maiores benefícios em prazos mais curtos." (NERY JUNIOR:MAI/1993, p.6)

Finalmente, em 31/01/1992, foi anunciado, pelo Governo do Estado de São Paulo, o Programa de Despoluição do Rio Tietê (PDRT), tendo como objetivo, segundo o Grupo Executivo da Comissão Especial de Despoluição do Rio Tietê, "reverter o quadro crítico de poluição, tanto do rio Tietê como dos seus principais afluentes" (COMISSÃO ESPECIAL PARA O PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DO RIO TIETÊ:1991, p.1).

As ações do Programa de Despoluição do Rio Tietê relacionam-se ao tratamento dos esgotos, recuperação dos recursos hídricos, disposição do lodo e combate à erosão no leito do rio.⁴

Atualmente, são lançados nas águas do Rio Tietê 1100 toneladas diárias de carga orgânica poluidora. Desta, 800 toneladas

correspondem a esgotos domésticos gerados pela população da região metropolitana da grande São Paulo e 300 toneladas correspondem aos esgotos de origem industrial. Além disso, são lançados no rio 3 toneladas diárias de carga inorgânica. Essa relação quantitativa entre poluição industrial e poluição por esgotos domésticos consta no folheto de divulgação intitulado "Projeto Tietê" (SÃO PAULO. Governo Estadual. SABESP:s.d., p.2)

Em nossa pesquisa estamos interessados principalmente no controle da poluição de origem industrial do Programa de Despoluição do Rio Tietê, para analisá-lo a partir do conceito de desenvolvimento industrial sustentável do Relatório "Nosso Futuro Comum". Vamos, então, apresentar resumidamente os demais objetivos deste Programa.

No Relatório de 1992 do Projeto-Tietê, afirma-se que a implantação do projeto de saneamento básico da Região Metropolitana tem um prazo de quinze anos para ser finalizada e exigirá dispêndios no valor global de 4 bilhões de dólares. Estão programadas até o momento duas etapas do programa. A primeira vai até 1994 e a segunda, de 1994 a 1996.

As metas da primeira etapa, segundo este Relatório, são:

- Ampliação do sistema de coleta de esgoto - de 63% para 70%
- Ampliação do sistema de tratamento de esgoto - de 19% para 50%
- Controle na emissão de efluentes de 1250 indústrias que mais poluem as águas do Tietê

- Conclusão das obras de canalização e de rebaixamento do leito
- Início das obras das barragens do Alto Tietê
- Implantação do sistema de tratamento e disposição final do lixo urbano." (SÃO PAULO. Governo Estadual. Secretaria de Energia e Saneamento. SABESP:1992, p.16)

Para a segunda etapa, são previstas as seguintes obras:

- Ampliação do sistema de coleta de esgoto - de 70% para 80%
- Ampliação do sistema de tratamento de esgoto - de 50% para 70%
- Controle na emissão de efluentes industriais e ações corretivas
- Conclusão das barragens de controle de chuvas do Alto Tietê." (SÃO PAULO. Governo Estadual. Secretaria de Energia e Saneamento. SABESP:1992, p.16)

São previstas pelo Programa, no período 1991/1995, obras na Região Metropolitana de São Paulo, buscando a "solução definitiva do problema dos esgotos industriais e domésticos; continuação dos projetos em andamento de canalização do Tietê; e, compatibilização com o projeto de transposição de vazões de cheias da bacia do Rio dos Meninos e do Ribeirão dos Couros." (COMISSÃO ESPECIAL PARA O PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DO RIO TIETÊ:1991, p.1)

Essas obras tem como principal objetivo "recuperar a qualidade das águas do principal rio paulista, o que também permitirá que o Tietê volte a ser utilizado para recreação e lazer." (SÃO PAULO. Governo Estadual:FEU/1992, p.3) No Boletim de divulgação intitulado "Projeto Tietê", é afirmado que, em 1997, "o Tietê

voltará a ter vida." (SÃO PAULO. Governo Estadual. SABESP:s.d.). Entretanto, a questão de se o rio voltará ou não a ter vida é bastante controversa:

"A matemática oficial garante que o rio viverá outra vez. Vejamos as contas: são lançados hoje no Tietê 42 metros cúbicos por segundo (de esgotos). Apenas 13% é tratado (cerca de 5 metros cúbico); sobram quase 37 metros cúbicos de sujeira para os 17 rios do rio. Terminada a segunda fase da obra, serão tratados 75%, sobrando no mínimo 10 metros cúbicos jogados no rio em estado bruto. (...) Rubens Monteiro de Abreu, engenheiro da equipe do Projeto, especialista em despoluição, atesta: "Com 70 % do esgoto tratado, o rio deve mudar de aspecto. A cor preta dará lugar a um tom avermelhado e o mau cheiro deve sumir, permitindo a navegação na zona metropolitana." Os modelos matemáticos feitos pelo engenheiro levam à conclusão de que o nível de oxigenação será cerca de 2 miligramas de oxigênio por litro de água, na época das chuvas de verão. No inverno, porém, em condições de estiagem, ele admite que a oxigenação pode cair a zero e o mau cheiro volta, devido à presença dos microorganismos anaeróbicos." (Superinteressante, Ano 6, Nº 6, p.33)

Segundo o biólogo Samuel Murgel Branco, ex-diretor de pesquisa da Cetesb, que trabalha com o Tietê desde 1956, "deixar 20% do esgoto doméstico caindo em estado bruto seria como voltar à situação da década de 50. Nessa época, o rio já estava bem ruim. Não havia mais peixe nem oxigênio no trecho que atravessa São Paulo. (Superinteressante, Ano 6, Nº 6, p.33/34)

A mesma opinião quanto à morte do rio é compartilhada por Mário Mantovani, coordenador do Núcleo União Pró-Tietê:

"O fato de ainda cair 20% do esgoto doméstico no rio é suficiente para matá-lo." (Superinteressante, Ano 6, Nº 6, p.34)

Para José Fernando Boucinhas, secretário estadual de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras e coordenador geral do Grupo Executivo da Comissão Especial para o Programa de Despoluição do Rio Tietê, a dificuldade no tratamento dos 20% de esgotos domésticos que se encontram fora da órbita do Programa encontra-se no fato de serem provenientes de residências localizadas em áreas periféricas, com dificuldade de interligação às redes. (Superinteressante, Ano 6, Nº6, p.34)

Vamos ver no que consiste o tratamento dos esgotos domésticos. A melhoria da rede prevê a ampliação dos sistemas de coleta, o tratamento e o afastamento de redes, obras a serem realizadas sob a coordenação da SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo):

"A SABESP coordena a execução dos projetos e das obras. Os projetos e as obras são contratados para empresas privadas, por licitação, dependendo do valor do projeto ou da obra. Se esse valor for pequeno, a contratação é feita através de carta-convite. Caso contrário, há dois processos: tomada de preços ou licitação pública." (Entrevista, realizada em abril de 1993, com Édson Andriqueti, Coordenador de Projetos/Grupo Executivo da SABESP).

No tocante à tecnologia empregada na execução das obras, podem ser feitas ou não exigências aos fabricantes quanto ao uso de tecnologias específicas:

"Em geral os projetos definem a tecnologia a ser empregada. Para tratamento de esgotos, grande parte da estação de tratamento já está projetada, definida e detalhada, de modo que o fabricante não tem opções. Ele tem que utilizar aquele equipamento exigido. Mas existem algumas

partes da estação, por exemplo partes complementares, que pela diversidade tecnológica nós resolvemos colocar em licitação como um processo aberto, ou seja, estabelecendo somente condições de contorno e os fabricantes vão entrar com os equipamentos que eles acharem adequados desde que atendam àquelas condições de contorno. Performance, eficiência, durabilidade e comprovação de funcionamento em locais, estas são as exigências para alguns componentes da estação de tratamento. Como eu disse, o processo todo está fechado, nós que definimos. O caminho, o grau de tratamento dos esgotos e a exigência da qualidade dos esgotos já estão definidos. Ou seja, os fabricantes têm que se adequar às condições estabelecidas." (Entrevista com Édson Andrigueti, em abril de 1993).

Para o sistema de coleta, estão previstas a construção de 2 mil quilômetros de rede e a execução de 300 mil ligações domiciliares. Para o tratamento dos esgotos e afastamento de redes, o Programa prevê a construção de 593 quilômetros de coletores-tronco nos sistemas Barueri, ABC, Suzano, Parque Novo Mundo e São Miguel, bem como de 115,1 quilômetros de interceptores nesses mesmos sistemas (com exceção do de Suzano).

Segundo o Programa, as Estações de Tratamento de Esgotos de Barueri e Suzano, em funcionamento, devem ter sua capacidade ampliada. Já a do ABC deverá ter seu primeiro sub-módulo concluído e as do Parque Novo Mundo e de São Miguel deverão ter, cada uma delas, dois módulos construídos.

Fazem parte ainda das soluções previstas para o sistema de esgotos domésticos obras de melhorias nos sistemas já existentes de coleta e afastamento de esgotos, obras de implantação e ampliação dos sistemas isolados de coleta, afastamento e tratamento de esgotos nos municípios de Mairiporã e Diadema e obras de ins-

talações e equipamentos para disposição final e/ou industrialização de lodos gerados nas estações de tratamento de esgotos.

Quanto à questão do lodo, deve-se ressaltar que atualmente, segundo dado da Gazeta Mercantil de 20 de agosto de 1992, são produzidas cerca de 60 toneladas de lodo por dia pelas estações de tratamento de esgoto de Barueri e Suzano, sendo esse material disposto sobre terrenos nas áreas próximas das estações. Com a construção das três novas estações de tratamento, tal como previsto pelo Programa, haverá uma produção de cerca de 750 toneladas de lodo por dia. A destinação deste dejetos, assim como seu eventual aproveitamento estão sendo atualmente estudados por um grupo de engenheiros, segundo o superintendente de planejamento técnico da SABESP, Joaquim Gabriel Oliveira Machado Neto. Porém, de forma mais imediata deve ser buscada a solução para a adequada disposição do lodo produzido por Barueri e Suzano. Este lodo é enquadrado como perigoso por conter metais pesados provenientes das indústrias e devido à umidade provocar sua infiltração no solo.

Com relação ao controle de inundações, este encontra-se sob responsabilidade do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE).

Para isto, está previsto o rebaixamento do leito do Rio Tietê em 2,5 metros, o que aumentará a vazão do rio de 700 para 1.400 metros cúbicos por segundo, buscando conter as enchentes e

diluir os esgotos. Para realização desta obra estão sendo investidos US\$ 173 milhões.

Outra obra sob a responsabilidade do DAEE é a canalização do Rio Cabuçu de Cima, afluente do Rio Tietê, localizado entre os municípios de São Paulo e Guarulhos. Tendo também por objetivo a contenção das enchentes, serão canalizados 10,5 quilômetros desse rio, utilizando investimentos de US\$ 133 milhões.

Por fim, o DAEE, dentro do PDRT, é também responsável pela construção das barragens de Biritiba e Paraitinga e de seus reservatórios e interligações, que serão integradas aos Sistema Alto Tietê.

Quanto à questão da poluição industrial, na qual centraremos nossa atenção, o Programa conta com quatro projetos (CETESB: MAR/1993, p.2):

Projeto 1: Controle das fontes prioritárias de poluição das águas.

Projeto 2: Capacitação técnica do corpo operacional da CETESB.

Projeto 3: Implantação de um sistema integrado de processamento de dados, para agilizar as ações administrativas do controle da poluição ambiental.

Projeto 4: Adequação da infra-estrutura da CETESB, para o efetivo desempenho de suas atribuições legais.

Para o controle da poluição de origem industrial foi realizado um processo de seleção, a partir do cadastro de empreendimentos da CETESB e de informações cadastrais fornecidas pela SABESP e pela EMPLASA, somando-se 40.000 empreendimentos na Região Metropolitana de São Paulo.

Destes, selecionou-se 1250 indústrias consideradas prioritárias, tendo por base principalmente seus potenciais de emissão, a toxicidade de seus afluentes líquidos e sua vazão. Estas indústrias, que compõem o universo de ação do Programa, representam cerca de 90% da carga poluidora de origem industrial, afluente ao sistema hídrico formado pelos rios da Bacia do Alto Tietê.

A legislação estadual prevê duas situações possíveis para as indústrias: ou elas realizam o pré-tratamento de seus afluentes, ou fazem o tratamento completo dos mesmos, deixando-os em condições de serem diretamente lançados nos cursos de água. Este último caso, que envolve a redução das cargas orgânicas e inorgânicas, é exigido nas áreas não previstas para atendimento por redes de esgoto. Já o pré-tratamento implica apenas na redução das cargas inorgânicas, seguido da ligação e lançamento na rede pública coletora, para que seja tratado juntamente aos esgotos domésticos nas Estações de Tratamento de Esgotos da SABESP.

As empresas cadastradas pela CETESB dentro do Programa devem formular um plano de tratamento dos seus efluentes, analisados e

nível de concepção de sistemas. Estes planos devem conter:

- as soluções técnicas para atendimento aos requisitos legais de emissão;
- o cronograma de implantação de obras, através do qual as indústrias buscam comprovar a factabilidade de execução dos sistemas propostos de tratamento de efluentes, dentro dos prazos estabelecidos pelo PDRT.

Se aprovados pela CETESB, inicia-se a fase de implantação dos projetos. A forma de controle às indústrias, realizado pela CETESB, é através de multas e advertências, nas seguintes situações: não apresentação por parte das indústrias de planos de tratamento de efluentes; não apresentação de vazão de seus efluentes líquidos; atuação para enquadrar seus efluentes aos padrões legais; não cumprimento de cronograma de implantação de sistema de tratamento; não apresentação de contrato com firma projetista ou de implantação de sistema de tratamento; não ligação do efluente líquido na rede pública coletora de esgotos. (Gazeta Mercantil, 5 e 7/12/1992).

As formas de financiamento para o controle da poluição industrial são basicamente duas: através de um financiamento especial da ordem de US\$ 250 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, financiamento este operado pelo Banco do Estado de São Paulo - BANEPA e através do Programa de Controle

de Poluição - PROCOP. Este último aloca recursos do governo do Estado de São Paulo e do BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, para a concessão de financiamento a entidades e empresas de capital acionário nacional para a implantação de sistemas de controle de poluição. A administração do Programa é feita pela CETESB, como agente técnico, e pelo BANESPA, como agente financeiro.

Deve-se ressaltar que a execução deste projeto obedece a um protocolo de intenções, assinado pela FIESP e pelas Secretarias de Estado do Meio Ambiente e de Energia e Saneamento.

Segundo este, coube à CETESB a elaboração do diagnóstico da poluição de origem industrial na Bacia do Alto Tietê e Represa Billings, à SABESP a definição de quais as indústrias cujos efluentes poderiam ser apenas pré-tratados e à FIESP o fomento e a organização dos recursos necessários à execução dos sistemas de tratamento.

"A FIESP participa do Programa de Despoluição do Rio Tietê da seguinte forma: assinando dois acordos com as Secretarias de Estado de Meio Ambiente e de Energia e Saneamento. Um desses acordos fala sobre o Programa de Despoluição e a nossa obrigação é garantir aos nossos associados e à indústria em geral que nós vamos conseguir, ou através de um credenciamento de empresas ou através do próprio departamento, estar tecnicamente preparados ou indicar qual a melhor solução técnica para o associado, para que esse associado possa cumprir a parte dele. Então a FIESP está entrando realmente no mérito da questão, ela está fazendo uma avaliação de todas essas empresas, das 1250 empresas. (...) Nós estamos fazendo um levantamento de qual a situação atual. Primeiro, o que você produz. O que você gera de efluentes. O que você faz para controlar. Você precisa de algum tipo de

apoio? Você tem algum tipo de solução? Será que a solução que você procurou e encontrou é a mais correta? Então nós estamos convidando as empresas para vir aqui nessa mesa e discutir uma a uma, no sentido de dar um apoio efetivo. Porque atrás disso tem uma bolsa de resíduos, que a própria Fiesp promove. Então você pode muitas vezes trocar, o que é efluente para uma pode ser matéria-prima para outra. E hoje no Estado de São Paulo não existe ninguém que se preocupe em fazer isso." (Entrevista, realizada em abril de 1993, com Carlos Paranhos, consultor técnico da FIESP).

A forma de atuação da FIESP é através do levantamento de dados que serve como uma forma de orientação às empresas associadas.

"Nós estamos fazendo um trabalho de credenciamento de empresas projetistas, fabricantes de equipamentos, laboratórios, com um critério para credenciar, fruto desse acordo de colaboração FIESP, CETESB, Secretaria do Meio Ambiente, juntamente com a SABESP. Nós vamos dar um peso a cada projetista que vai ser credenciada, a cada laboratório que vai ser credenciado, a cada fabricante que vai ser credenciado. (...) O que a gente tem aqui é condições de orientar. Que tecnologia pode ser empregada, se a tecnologia a ser empregada é uma boa tecnologia, ou é uma tecnologia ultrapassada, se já existem experiências com relação àquilo que a empresa pretende fazer ou não. (...) Do ponto de vista do respaldo tecnológico, hoje a empresa que quiser pode encontrar na FIESP respaldo tecnológico para discutir o que deve ser feito com relação aos seus efluentes." (Entrevista com Carlos Paranhos, em abril de 1993)

Além desse protocolo de intenções, foi firmado, no início de 1993, um compromisso entre a FIESP e as Secretarias de Estado de Meio Ambiente e de Energia e Saneamento, para a realização do automonitoramento dos efluentes pelas indústrias consideradas prioritárias no Projeto Tietê.

"Foi firmado também um convênio que é para as empresas implantarem um sistema de autocontrole. Então, essas em-

presas contratarão um laboratório, elaborarão um programa de autocontrole, de monitoramento, de lançamento dos seus efluentes. Esse programa será aprovado pela CETESB e gerenciado pela FIESP e pela CETESB para não ter abusos, pedidos em demasia além daquilo que é estritamente necessário. Mas as empresas terão autonomia na contratação de quem vai ser o seu subfornecedor. O objetivo é sempre esse, é sempre continuar dando autonomia às empresas, para que elas contratem quem elas quiserem. Só que mostrar para elas aquelas que estão capacitadas para serem contratadas e aquelas que não o estão." (Entrevista com Carlos Paranhos, em abril de 1993)

A participação dos atores sociais

Vamos deter-nos agora nas formas de participação dos atores sociais no processo de formulação, implantação e controle do Programa de Despoluição do Rio Tietê. Nos momentos em que existirem divergências entre os posicionamentos desses atores com relação ao Programa, procuraremos ressaltar essas contraposições.

A preocupação com a poluição existente no Rio Tietê é antiga. Desde os anos 1950 são feitos planos para despoluição desse rio. Mas por que tiveram que passar cerca de quatro décadas para que fosse implantado o Programa de Despoluição do Rio Tietê?

As opiniões com relação a essa questão podem ser classificadas em dois blocos: o primeiro atribui à mobilização popular pedindo a despoluição do rio a responsabilidade pelo surgimento do PDRT, visto que este movimento levou o governo do Estado de São Paulo a dar a devida importância a essa questão; o segundo bloco responsabiliza interesses específicos de atores sociais envolvidos com o PDRT pelo surgimento do mesmo.

Antes de melhor explicitarmos essas posições, vamos apresentar em linhas gerais o que foi a mobilização popular em prol da despoluição do Rio Tietê, chamada "Campanha pela Recuperação e Preservação do Tietê".

Essa campanha nasceu em agosto de 1990 com um programa da Rádio Eldorado, realizado ao vivo, onde uma equipe de jornalistas desceu o Rio Tietê, contando suas impressões. Enquanto isso, em Londres, uma equipe da BBC fazia o mesmo no Rio Tâmis, comentando a recuperação daquele rio.

A repercussão desse programa radiofônico foi imediata, expressa através de um grande número de telefonemas dados à Rádio Eldorado por seus ouvintes. A partir de então, essa emissora passou a realizar uma série de discussões sobre o problema. Simultaneamente, e em parte como resultado dessas discussões, iniciou-se uma mobilização da população em prol da despoluição do Rio Tietê.

Nesse momento, a participação da população tomou várias formas. Foi realizado um abaixo-assinado pela despoluição do rio que reuniu mais de um milhão de assinaturas. Das campanhas de assinaturas participaram vários atores sociais - estudantes, artistas, ecologistas, professores, empresários - através de manifestações diversas como: comboio, atos à beira do rio, produção de cartazes e propagandas, divulgação na imprensa, etc. Realizou-se um "show" em favor da campanha, no Parque Ibirapuera, na cidade de São Paulo. A Universidade de São Paulo - USP - realizou um seminário para a discussão dos problemas do Rio Tietê. Além disso, foi criado o Núcleo União Pró-Tietê, vinculado à ONG SOS Mata Atlântica.

O Núcleo União Pró-Tietê foi formado com recursos do UNIBANCO, dentro do Programa UNIBANCO Ecologia, para coordenar a campanha iniciada pela Rádio Eldorado, tendo como proposta "o apoio e o estímulo às ações e iniciativas ambientais da sociedade civil organizada".⁵

Recapitulando os fatos: após ter sido realizado um programa radiofônico sobre a poluição do Rio Tietê em agosto de 1990, inicia-se uma campanha popular que pede a despoluição desse rio, e para coordenar essa campanha é criado um núcleo ligado a uma Organização Não Governamental. Posteriormente, a 31 de janeiro de 1992, foi anunciado pelo Governo do Estado de São Paulo o Programa de Despoluição do Rio Tietê.

Dada essa sequência de acontecimentos, diversos atores sociais envolvidos nesse processo vinculam o surgimento do PDRT à "Campanha pela Recuperação e Preservação do Tietê". Trata-se do primeiro bloco de opiniões acerca do surgimento do PDRT. Vamos a seguir apresentar alguns depoimentos sobre essa questão.

"A Campanha pela recuperação e preservação do Rio Tietê nasceu do anseio e inconformismo da população. Como resposta, o governador Fleury intensificou em seu cronograma de obras a recuperação do rio, indo pessoalmente até os Estados Unidos buscar financiamentos." (Depoimento de Mário Mantovani in: SÃO PAULO. Governo Estadual: FEV/1992, p.2).

"E agora, o governador Fleury tomou como bandeira, em função de uma série de pré-requisitos feitos pela população, e chamou aquilo que é o Projeto Tietê." (Entrevista com Carlos Paranhos, consultor técnico da FIESP, em abril de 1993).

"Por trás da propaganda de despoluição do rio, uma causa nobre e comovente, percebe-se no entanto que todas as empresas estão fazendo justamente o que deveriam fazer - saneamento básico e controle de poluição. Para isso, precisaram do empurrão de 2 milhões de paulistanos que resolveram não mais tropeçar nos próprios dejetos. É que há dois anos a Rádio Nova Eldorado AM e a Fundação S.O.S. Mata Atlântica criaram o Núcleo União Pró-Tietê, uma campanha divulgada por rádio, jornais e eventos que angariou 2 milhões de assinaturas pedindo a despoluição do rio. "A idéia do Projeto Tietê surgiu do próprio governador Fleury, que sensibilizou-se com os movimentos ambientalistas e aproveitou o momento favorável da Rio 92 para pedir ajuda aos órgãos financiadores internacionais", conta o secretário José Fernando Boucinhas." (Revista Superinteressante, Ano 6, Nº 6, p.31)

Segundo o engenheiro da CETESB Eduardo Serpa, que trabalha junto ao Projeto Tietê, o problema da poluição do Rio Tietê já é muito discutido em São Paulo desde a década de 1950 e já existiam planos a nível governamental desde esse período. Mas, para a formulação do PDRT, a pressão e a conscientização da sociedade foram importantes.

Helder Wuol, ambientalista do Grupo Ecológico Nascente do Tietê, ressalta que, anteriormente à realização do programa radiofônico da Rádio Eldorado, já existiam manifestações, que envolveram a sociedade civil, em prol da despoluição do Rio Tietê:

"O movimento aqui a nível da despoluição mesmo teve em 1988 uma grande manifestação no Rio Tietê. Foi um Programa de caiaque, teve a participação de várias pessoas, a gente navegou no rio, da Ponte das Bandeiras até a Ponte do Pacaembu, se não me engano, reivindicando a despoluição do Rio Tietê. Em 1989 voltou a ser feito esse movimento, envolvendo a Imprensa, envolvendo a comunidade, e principalmente as entidades ambientalistas, e mais os políticos, alguns vereadores. Depois disso a Rádio Eldorado fez um programa especial juntando depoimentos de pessoas ao longo de todo o Rio Tietê, e o Tâmis. Isso foi ao ar então num programa especial deles e isso

teve uma repercussão muito grande e eles criaram então o Programa de Despoluição Permanente do Rio, e surgiu o Núcleo Pró-Tietê." (Entrevista, realizada em abril de 1993, com Helder Wuol, coordenador do Grupo Ecológico Nascente do Tietê)

Helder Wuol sintetiza esse bloco de opiniões que vincula o surgimento do PDRT à mobilização social:

"O Programa de Despoluição do Rio Tietê foi uma solicitação de toda sociedade. Então existiu esse grande abaixo-assinado, que reuniu mais de um milhão de assinaturas, com o qual nós participamos com dez mil, sendo que Saleópolis tem quinze mil habitantes. Então é um Programa diferente de todos os projetos de governo. Ele tem a sociedade reivindicando tudo isso. Todos os setores da sociedade estão participando." (Entrevista com Helder Wuol, em abril de 1993)

Uma questão importante a ser colocada é o que se entende por "mobilização de todos os setores da sociedade".

Helder qualifica o que chama de "todos os setores da sociedade":

"É o mais interessante é que todos os segmentos da sociedade participaram: as universidades; o pessoal das casas, reunia a família e levava lá; as entidades ambientalistas; a iniciativa privada; todo mundo. O governo ficou meio assim, "o que é isso"? Tanto que deu no que deu. Se não houvesse toda essa diversidade de pessoas, de grupos organizados estrapalando em si os grupos ambientalistas, isso não teria acontecido não." (Entrevista com Helder Wuol, em abril de 1993)

Essa mobilização popular influencia, segundo Wuol, a obtenção de empréstimos junto ao BID:

"O que a gente vê, desse projeto, que foi um marco, primeiro que foi uma reivindicação da própria sociedade. Daqueles "pingados" do movimento que foi crescendo, crescendo, tomou um vulto, e aí o governo, que até a época nunca ligou para a questão de saneamento básico, falou: "Ah, o rio, ôpa, tem um rio aqui, vamos nessa!" Aí assumiu uma posição política de saneamento básico, que estava lá debaixo da terra. E depois disso, ou também consequentemente a isso, ele teve o maior financia-

mento do BID, que foi de US\$ 450 milhões. Mas porque teve o envolvimento da sociedade. Então isso em si foi um marco. (...) E foi uma exigência deles (BID) de ter um estudo de impacto ambiental, ter uma auditoria, foi contratado um consórcio de empresas para fazer auditoria tanto técnica como financeira. Além do movimento ecológico estar acompanhando existe uma auditoria mesmo." (Entrevista com Helder Wu, em abril de 1993)

Mas, teria realmente o BID sido influenciado pela mobilização popular? E o que moveu a Rádio Eldorado a realizar um programa sobre a situação do Rio Tietê? Quais os interesses do Governo do Estado de São Paulo em implantar o PDRT? Por que foi criado o Núcleo União Pró-Tietê, e por que este núcleo é vinculado à ONG SOS Mata Atlântica?

Como resposta a essas questões, vamos apresentar outros depoimentos que constituem o segundo bloco de opiniões quanto ao surgimento do PDRT, que atribui a interesses específicos e determinados a realização do mesmo: os interesses das empreiteiras responsáveis pela execução das obras, do Governo do Estado de São Paulo e das próprias Organizações Não Governamentais envolvidas neste processo. Para citar apenas alguns desses setores, exemplificamos com o depoimento de ambientalista, feito em entrevista em abril de 1993:

"O que nós temos, é planejamento em algumas áreas ligadas aos setores de recursos hídricos, mas com objetivos estratégicos muito bem definidos e que serve claramente a somente alguns interesses (...). Existe uma série de prioridades políticas que são eleitas dentro de uma visão bastante específica, de acordo com interesses e pontos de vista (...), que não são o interesse da maior parte da comunidade. Além disso, interferem nessa questão uma série de outros interesses econômicos indiretos, de empreiteiras, por exemplo, de realizar uma série de obras que na verdade você não sabe porque aquelas obras

deveriam ser realizadas, qual o objetivo específico da realização daquela obra, em termos ambiental e de bem estar da comunidade (...). Você tem dentro disso tudo até interesses eleitorais, onde o governo do Estado põe como o carro-chefe da questão eleitoral na questão ambiental hoje em dia o Programa de Despoluição do Rio Tietê. A forma como está sendo enfrentada é bastante problemática. Essa talvez seja a questão central, porque aí sem dúvida nenhuma você tem uma candidatura para a presidência da República (...), onde essas questões estão sendo articuladas. Acho que esta é a questão central, que é a questão política mesmo."

Mas, e a mobilização popular? Não foi ela a precursora do Programa?

Segundo esses depoimentos, o Programa faz parte de um projeto ambiental da SOS Mata Atlântica.

"A SOS Mata Atlântica tinha um projeto ambiental, uma visão conservacionista (...). Então, dentro disso é que surge todo esse projeto, eles vão fazer articulação com o governo do Estado, e daí surge toda essa articulação, (...) A campanha (das assinaturas) entra como consequência desse projeto, (...) como forma de pressão. A visão deles não é que fosse feita uma mobilização de massa que resultasse numa organização social. Não é essa a visão deles é mais uma peça de "marketing" político para respaldar o projeto deles." (Entrevista, realizada em abril de 1993, com ambientalista)

E qual é a ligação entre a SOS Mata Atlântica e a Rádio Eldorado, já que foi esta última que fez o programa radiofônico que segundo a versão do primeiro bloco de entrevistados impulsionou a mobilização popular?

"A SOS Mata Atlântica tem na sua composição os Mesquita, que são donos, fazem parte do jornal "O Estado de São Paulo" e Jornal da Tarde, que são donos da Rádio Eldorado." (Entrevista com ambientalista, em abril de 1993)

Dada essa afirmação, procuramos estabelecer contato com a Rádio Eldorado e saber o que moveu a realização do programa radiofônico. No entanto, obtivemos como resposta que os repórteres que fizeram esse programa não trabalhavam mais na Rádio Eldorado, e os que lá trabalhavam não tinham acompanhado o processo. Com o que, não nos foi possível obter informações mais precisas.

Com relação aos financiamentos obtidos junto aos órgãos internacionais, é afirmado:

"A S.O.S. Mata Atlântica é uma entidade que tem, a nível internacional, forma de fazer pressões, existe uma série de outras entidades a nível internacional com as quais ela tem um bom relacionamento, e tem influência inclusive no Banco Mundial. De início, a S.O.S. Mata Atlântica tinha intermediado uma relação com o Banco Mundial, onde ela ajudou o governo do Estado a arranjar recursos para a questão da despoluição do Rio Tietê." (Entrevista, realizada em abril de 1993, com ambientalista)

Além desses, são apontados outros interesses dos organismos de financiamento internacional:

"Esses programas internacionais, essas agências de desenvolvimento não vão querer arcar com o ônus da destruição ambiental, da degradação ambiental. Os bancos internacionais não vão querer dar apoio financeiro sem que houvesse uma "limpada" na questão ambiental. (...) O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento têm cláusulas onde têm que apresentar estudos de impacto ambiental, relatórios de impacto ambiental para obras que eles estejam financiando. É uma exigência hoje internacional. Existem tratados e convenções internacionais que "batem" nessa questão, onde vários países são signatários, inclusive Brasil." (Entrevista, realizada em abril de 1993, com ambientalista)

Frente a esses depoimentos, ficam bem visíveis as duas posições existentes quanto ao que impulsionou o surgimento do PDRT. De um lado, encontram-se aqueles que atribuem grande importância à pressão da sociedade civil junto ao Governo do Estado. Essa se deu através da "Campanha pela Recuperação e Preservação do Tietê", que teria sensibilizado o Governo Estadual para a situação do Rio Tietê. De outro lado, encontram-se aqueles que vinculam o surgimento do PDRT a interesses específicos de vários atores sociais, e vêem a mobilização popular como uma forma de a sociedade dar respaldo ao PDRT.

Discutida essa etapa inicial anterior ao surgimento do Programa de Despoluição do Rio Tietê, devemos analisar a participação dos diversos atores sociais nas etapas de formulação, implantação e controle do Programa.

As duas posições anteriormente observadas quanto à influência da mobilização popular no surgimento do PDRT mantêm-se neste momento. Existe um conjunto de entrevistados que considera relevante a participação popular também nesse momento e outro conjunto que afirma que esta participação esgotou-se por ocasião do surgimento do Programa.

Antes de contrapormos essas duas posições, vamos apresentar os órgãos executores do Programa de Despoluição do Rio Tietê.

A coordenação do Programa de Despoluição do Rio Tietê está a cargo de uma Comissão Especial, cabendo ao governador do Estado a presidência dessa entidade. Essa comissão é composta pelos secretários estaduais de Energia e Saneamento, de Meio Ambiente, de Planejamento e Gestão, da Saúde, da Habitação e da Fazenda, além de um assessor especial de Assuntos Internacionais.

Além desses componentes, a Comissão conta com o apoio logístico de um grupo executivo, composto pelos presidentes da Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Ambiental - CETESB e da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e pelo superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, coordenados pelo secretário estadual de Energia e Saneamento de São Paulo. Este grupo executivo tem a incumbência de solicitar a colaboração de outros órgãos ou entidades da administração pública estadual, do governo federal, das prefeituras municipais, de entidades e empresas privadas que possam auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos.

O gerenciamento do Programa é feito através de um consórcio gerenciador, contratado em 25 de janeiro de 1992, através de licitação. Este consórcio é formado pelas seguintes empresas:

- Logos Engenharia S.A.
- Hidrobrasileira S.A. - Engenharia e Consultoria Técnica
- Engea - Avaliações, Estudos de Patrimônio e Engenharia Ltda.

- Equipe Umah - Urbanismo, Meio Ambiente, Habitação Ltda.
- Enger - Engenharia S/C Ltda.

"O Grupo Executivo tem pessoas da CETESB, SABESP, DAEE e Secretarias de Energia e Saneamento. (...) O Consórcio Gerenciador é o consórcio de cinco empresas contratadas pela SABESP para fazer o gerenciamento do Programa. Eles emprestam a mão-de-obra para a SABESP executar o gerenciamento do Programa; ou seja, eles fazem toda essa parte de verificação dos trabalhos, de acompanhamento, de controle. A SABESP por exemplo no Grupo Executivo tem cinco ou seis pessoas somente, mas todo esse pessoal que está aqui, são pessoas contratadas para fazer o gerenciamento do Plano." (Entrevista, realizada em abril de 1993, com Édson Andrigueti, Coordenador de Projetos/Grupo Executivo da SABESP)

Vamos apresentar agora o primeiro bloco de depoimentos sobre a questão dos mecanismos de participação dos atores sociais após a implantação do PDRT.

Nesse bloco encontram-se aqueles que acreditam continuar existindo participação de atores sociais não governamentais no PDRT. Essa participação se dá através das ONGs, no controle do Programa, e através da conscientização popular e da educação ambiental.

Convém apresentarmos duas ONGs diretamente vinculadas ao Rio Tietê: o Núcleo União Pró-Tietê, que já foi citado acima, quando de seu surgimento, para coordenar a "Campanha pela Recuperação e Preservação do Tietê"; e o Grupo Ecológico Nascente do Tietê, que também participou da mobilização popular em prol do Tietê.

O Núcleo União Pró-Tietê tem como proposta "o apoio e o estímulo às ações e iniciativas ambientais da sociedade civil organizada", segundo documento fornecido pelo seu coordenador, Mário Mantovani.

O modo de realização dessa proposta é através de promoção de seminários, debates, eventos de mobilização da sociedade, apoio institucional e organizacional a projetos de terceiros. A conscientização e a organização da sociedade são colocados como prioritários, e isso pode ser feito através de programas e cursos de educação ambiental. Afirma-se também ser necessária a criação dos meios técnicos necessários ao controle do programa e das empresas.

Mantovani ressalta a importância do papel de controle ao PDRT por parte dos vários setores da sociedade.

Uma forma de participação popular desenvolvida pelo Núcleo União Pró-Tietê é um programa de ações que busca envolver a sociedade civil no monitoramento e recuperação do Rio Tietê. Este programa está dividido em dois subprojetos: "Observando o Tietê" e "Reflorestando o Tietê".

O primeiro consiste no monitoramento da água do rio a ser realizado pela população das cidades ribeirinhas, através de "kits" fornecidos pelo Núcleo. O segundo relaciona-se à questão do lixo na área metropolitana e na recomposição florestal da ba-

cia hidrográfica no interior do Estado de São Paulo (Gazeta Mercantil, 10 e 11/06/1993).

Quanto ao Grupo Ecológico Nascente do Tietê, ele foi criado em 1983 com a finalidade de proteção da região da Nascente do Tietê:

"A gente pretendia a criação do Parque Ecológico da Nascente do Tietê. Com a evolução das questões ambientais, nós expandimos nossa área de atuação e estamos abrangendo a Região Metropolitana, em conjunto com as entidades aqui da capital. O grupo é lá de Salesópolis, aonde nasce o Rio Tietê, e os problemas assim de poluição de água, praticamente nós não temos nada. É a única cidade da Região que, de acordo com a CETESB, é de qualidade ótima. Mas não é só isso. A gente tem que contribuir com as questões ambientais principalmente da capital." (Entrevista, realizada em abril de 1993, com Helder Wuo, coordenador do Núcleo Ecológico Nascente do Tietê)

Helder Wuo apresenta as formas de participação no PDRT desenvolvidas pelo "Grupo Ecológico Nascente do Tietê":

"Nosso trabalho a nível de entidade ambientalista é estar forçando o governo a cumprir todo o Programa de Despoluição, estar sensibilizando a população para o problema, a população tem muito pouco conhecimento disso, ela não está sensibilizada para a questão. Existe um distanciamento muito grande dos problemas ambientais do rio. Até na marginal (do Rio Tietê), as pessoas passam longe. Então a gente está quebrando esse preconceito do rio." (Entrevista com Helder Wuo, em abril de 1993)

Isso é feito através de cursos de educação ambiental oferecidos a escolas da cidade de São Paulo, onde os alunos são levados até Salesópolis, sendo discutidas, no caminho, as mudanças de condição ambiental do Rio Tietê.

Com relação ao controle do PDRT, também há participação do Grupo:

"O nosso trabalho agora está sendo de checar tudo isso. Estar lá em contato com o Projeto Tietê, como é que estão as obras, principalmente da nossa região..." (Entrevista com Helder Wuol, em abril de 1993)

Segundo ainda o mesmo depoimento, há uma "ligação" entre o Grupo Ecológico Nascente do Tietê e o Núcleo União Pró-Tietê:

"Existe o Núcleo Pró-Tietê e existe uma ligação nossa. Existe o Grupo Ecológico, que é uma entidade à parte, mas existe uma sintonia de trabalho. Nosso trabalho é mais de base, vamos dizer assim, ele dá apoio para nós e a gente também dá apoio para o Grupo."

Perguntado se continua a haver uma participação popular no processo de despoluição do rio Tietê, Helder Wuol respondeu:

"Eu vejo que sim, a gente vê o reflexo lá em Salesópolis, porque quando aparece Tietê aparece nascente, coisa bonita, e tem muita gente indo para lá para conhecer o Tietê limpo, hoje em dia. Então eles tão sentindo mesmo que a questão é importante. Agora tem aquele ditado: "se cada um cumprir com seu papel" (...) Isso é importante também, tem que estar colocando. Acho que o governo tem o seu papel na despoluição, que é principalmente estar cuidando da parte de esgoto doméstico. Se ele assumir isso está excelente. As indústrias assumindo os efluentes industriais."

Segundo Eduardo Serpa, engenheiro da CETESB, há outro ator social não governamental envolvido atualmente nesse processo, além das ONGs, é a Imprensa, através de entrevistas periódicas com a CETESB. Serpa afirma que, na medida em que a população tem uma expectativa com relação à despoluição do Rio Tietê, é importante que a sociedade continue desempenhando o papel de cobrar a

transparência das informações.

Entretanto, um segundo bloco de opiniões ressalta a falta de canais de participação popular no Programa.

"O PDRT não conta com canais de participação popular formalmente criados e teoricamente abertos à participação dos moradores, através de suas entidades representativas. A coordenação do Programa é exercida por uma Comissão Especial, presidida pelo Governador do Estado, na qual não conta com nenhuma outra instituição ligada aos Municípios ou à Sociedade Civil." (NERY JUNIOR:JUN/1993, p.6)

Feita a constatação da ausência de canais instituídos de participação, a ANSUR propõe que os mesmos sejam criados:

"Pela importância que o Programa assume na atual conjuntura, seja pela sua abrangência, seja pelo impacto social ou ainda pelo volume de recursos disponíveis, através de diversas fontes, inclusive internacionais (BID e Governo Japonês), é necessário lutar por uma maior transparência do Programa, exigindo do Governo do Estado uma maior democratização das decisões que afetam a vida de milhares de famílias. Nesse sentido, a ANSUR pode desempenhar o papel catalisador dessa luta ao tentar articular as entidades de moradores de favelas, de loteamentos clandestinos, dos movimentos populares de saúde, habitação, etc, reivindicando, antes de mais nada, participação popular no Programa." (NERY JUNIOR:JUN/1993, p.6, grifo do autor)

Em entrevista com ambientalista, em abril de 1993, também é apontada a falta de discussão:

"Em todo caso, o que não acontece é uma discussão mais ampla na própria sociedade e com os setores técnicos, científicos, mas uma discussão aberta da sociedade, inclusive com todos os agentes e sujeitos sociais envolvidos, para esta questão. (...) O Governo Fleury mostra uma outra face dele. De início parecia que ia dar aber-

tura a toda a sociedade, mas não. Só ouviu os setores empresariais, nessa questão. Aí deixa de ter esse caráter de planejamento global na questão dos recursos hídricos."

Segundo esse mesmo depoimento, não foi desenvolvido um processo de conscientização popular:

"Na nossa visão não adianta só a mobilização social, tem que haver uma conscientização ambiental também. Uma conscientização ambiental e social, digamos assim, sócio-ambiental. Essas pessoas envolvidas teriam que crescer dentro do processo. (...) (Atualmente) continua essa história, mas fica assim como se fosse dar um respaldo político àquilo que está acontecendo. É importante a mobilização social de forma organizada, que também fosse reivindicatória, mas que além de ser reivindicatória tivesse um caráter político maior. E isso não aconteceu. Não há essa parte dessa organização da sociedade nesse sentido, até porque foi uma entidade que fez e que tem um aparato ligado com a mídia."

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho é a análise do Programa de Despoluição do Rio Tietê a partir do conceito de desenvolvimento sustentável presente no Relatório "Nosso Futuro Comum". Este conceito de desenvolvimento ressalta a importância de que aspectos ambientais, sociais, políticos, institucionais e tecnológicos sejam considerados juntamente aos econômicos na formulação de estratégias de desenvolvimento.

Até o presente momento, situamos o conceito de "desenvolvimento sustentável" com relação a outras formas de conceituação de desenvolvimento que não levam em conta os fatores ambientais. Em seguida, conceituamos "desenvolvimento industrial sustentável", segundo o Relatório "Nosso Futuro Comum", procurando revelar o papel dos diferentes atores sociais na promoção desta estratégia de desenvolvimento. Finalmente, apresentamos o Programa de Despoluição do Rio Tietê, com ênfase no controle da poluição de origem industrial, centrando nossa atenção nos atores sociais presentes no processo de elaboração, implantação e controle do mesmo.

Na introdução desta pesquisa, havíamos apresentado as duas seguintes hipóteses de trabalho:

A) "O Programa de Despoluição do Rio Tietê, apesar de contar com organizações não governamentais (ONGs) para sua elaboração, tem nos atores governamentais seu principal agente formulador e

implantador."

B) "Existe uma aproximação entre os meios propostos para uma estratégia de desenvolvimento sustentável, segundo o Documento "Nosso Futuro Comum", e os meios utilizados na formulação e implantação do Programa de Despoluição do Rio Tietê (PDRT)."

Para examinarmos essas hipóteses, iremos delinear as formas de participação dos diferentes atores sociais tanto no PDRT quanto as que são sugeridas no Relatório "Nosso Futuro Comum". Isso possibilitará a análise comparativa dessas duas estratégias de desenvolvimento, que será feita através de uma tipologia, elaborada com base em uma classificação apresentada por VIOLA & LEIS (1991).

Esses autores apontam, fundamentalmente, a existência de fundamentalmente três posições quanto ao lugar sócio-institucional considerado predominante (ainda que não exclusivo) para conduzir a transição na direção de uma sociedade sustentável.

"O enfoque estatista considera que a qualidade ambiental é essencialmente um bem público que somente pode ser resguardado eficientemente através de uma incisiva intervenção normativa, reguladora e promotora do Estado. (...) O enfoque comunitário considera que as organizações de base da sociedade (grupos comunitários e ONGs) devem ter um papel predominante na transição na direção de uma sociedade sustentável. (...) Este enfoque desconfia do Estado e do mercado como alocadores de recursos, sendo que ambos deveriam preencher um papel subordinado ao poder da sociedade civil. (...) O enfoque de mercado afirma que através da lógica intrínseca do mercado, com significativa apropriação privada dos recursos naturais e da qualidade ambiental e expansão dos consumidores verdes, poder-

se avançar eficientemente na direção de uma sociedade sustentável." (VIOLA & LEIS:1991, p.08/09)

Nossa tipologia classifica os atores sociais em governamentais e não governamentais. Dentro de cada um desses grupos existem subgrupos que apresentam posições diferenciadas entre si.

Para que estas posições sejam melhor visualizadas, elaboramos uma tabela, apresentada a seguir.

CLASSIFICACAO DOS ATORES SOCIAIS

	RELATORIO BRUNTLAND	PROGRAMA DE DESPOLUICAO DO RIO TIETE
GOVERNAMENTAIS		
Estado Federal	Metas ambientais, leis, regulamentacoes, padroes ambientais; educacao, estimulo a iniciativas; evitar e diminuir poluicao; impostos, subsidios, incentivos;	A competencia do Programa e do Governo do Estado, nao sendo prevista a participacao do Gov. Federal.
Orgaos Region.	Criacao de codigos basicos de conduta, junto a industrias e ONGs.	Metas ambientais: concluir em quinze anos o saneamento basico da Regiao Metropolitana de Sao Paulo; despoluir 50% do Rio Tiete ate 1994; normas e padroes ambientais: constam na Constituicao Estadual; programa de educacao da populacao; analise dos planos de controle dos dejetos industriais apresentados pelas industrias; controle da poluicao.
Nivel Local	Avancar c/relacao normas nacionais.	
NAO GOVERNAM.		
ONGs	Atingir grupos-alvo, despertar consciencia publica; pressoes politicas sobre governos. atuacao conjunta em projetos e programas sobre desenvolvimento.	Despertar consciencia publica; controle do PDRT.
Empresarios, Grupos Privados e Comunitarios	Cumprir leis e regulamentacoes; atuacao atraves de conselhos consultivos, junto ao governo, formulando e implementando politicas; atingir grupos-alvo, despertar consciencia publica; pressoes politicas sobre governos; execucao de programas e projetos.	Cumprir leis e regulamentacoes; FIESP - procura dar apoio aos associados; ANSUR - busca criar canais de participacao popular no PDRT. pressoes politicas na Campanha pela Recup. e Preserv. do Tiete.
Individuos	Apoio e envolvimento.	Participacao na Campanha pela Recup. e Despoluicao do Tiete;
Orgaos financ. Internacionais	Realizacao de emprestimos levando em conta sustentabilidade.	Concessao de emprestimos pelo Banco Mundial, BID e Governo Japonês.
Comunidade Cientifica	Apresentar provas de riscos/alteracoes p/o meio ambiente (informar).	Realizacao de seminarios e debates sobre a poluicao do Rio Tiete.

A partir desta tabela, vamos primeiramente deter-nos na Hipótese "A", que se restringe ao PDRT.

Essa hipótese refere-se à atuação, no PDRT, conforme pudemos constatar, dos dois principais atores: órgãos Governamentais e Organizações Não Governamentais (ONGs). Os órgãos Governamentais encontram-se representados pelo Governo Estadual, por se constituir no agente que elaborou e implantou o Programa. As ONGs, especialmente a Fundação SOS Mata Atlântica e o Núcleo União Pró-Tietê e ela vinculado, pela participação decisiva na "Campanha pela Recuperação e Preservação do Tietê", face ao papel fundamental nesse processo.

Não podemos tomar a SOS Mata Atlântica, ou mesmo o Núcleo União Pró-Tietê, como entidades representativas do conjunto das ONGs. Assim, estamos analisando sua participação no PDRT devido ao papel relevante por elas desempenhado no processo. Isso não significa que não existam outras entidades ambientalistas com posições diversas das citadas e que tenham tido participação nesse processo.

Mas e quanto aos demais atores sociais? Não teriam eles também uma participação decisiva no processo?

Mais uma vez devemos traçar uma linha divisória entre o momento que antecedeu o surgimento do PDRT e o momento de elaboração e implantação do mesmo.

Isso porque a participação efetiva de vários setores da sociedade civil é ressaltada na "Campanha pela Recuperação e Preservação do Tietê", anterior à implantação do PDRT. Foram estudantes, artistas, ecologistas, intelectuais, empresários que manifestaram-se através de atos públicos, seminários e "shows". No entanto, em nenhum momento tivemos dados que apontassem a existência de participação destes atores sociais na elaboração e implantação do PDRT. Essa participação só se dá no controle do Programa.

Como exemplo, podemos citar o caso dos compromissos firmados entre a FIESP e as Secretarias de Estado de Meio Ambiente e de Energia e Saneamento. O consultor técnico da FIESP, Carlos Paranhos, indicou o papel da FIESP num desses acordos, em um trecho da entrevista realizada em abril de 1993, apresentado no Capítulo III (p. 39):

"Um desses acordos fala sobre o Programa de Despoluição e a nossa obrigação é garantir aos nossos associados e à indústria em geral que nós vamos conseguir (...) estar tecnicamente preparados ou indicar a melhor solução técnica para o associado, para que esse associado possa cumprir a parte dele."

Ou seja, dado o Programa de Despoluição do Rio Tietê, o papel da FIESP parece restringir-se a fazer com que ele seja cumprido.

A outra forma de participação de atores sociais não governamentais também se relaciona ao controle do Programa. é o que se observa através do trabalho do Grupo Ecológico Nascente do Rio Tietê e do Núcleo União Pró-Tietê. Este último organizou inclusive um programa de ações envolvendo a sociedade civil no monitoramento e na recuperação do Rio Tietê.

No entanto, convém lembrar que, tal como foi ressaltado por WERY JUNIOR (JUN/1993), citado no Capítulo III, a composição do Grupo Executivo do Projeto Tietê não conta com nenhuma instituição ligada aos municípios ou à sociedade civil, além de não terem sido criados no PDRT canais de participação popular (Ver: ANEXO IV).

Portanto, os dados apresentados confirmam parcialmente a Hipótese "A", pois os órgãos governamentais constituem-se no principal agente formulador e implantador do Programa de Despoluição do Rio Tietê (PDRT). Entretanto, quanto à afirmação que fora feita nesta hipótese de que as Organizações Não Governamentais (ONGs) colaboraram na elaboração do PDRT, esta não foi confirmada. A participação na elaboração do Programa pode ser entendida de duas formas: participação efetiva nas cláusulas do Programa ou participação anterior ao surgimento do mesmo, no sentido de pressionar para sua realização. No primeiro sentido, os dados apresentados indicam que essa participação não existiu. No segundo sentido, há duas correntes de opiniões: uma que ressalta a importância da pressão da sociedade para o surgimento do Programa e

outra que atribui a interesses específicos o surgimento do mesmo. Em síntese, não podemos afirmar que houve participação das ONGs na elaboração do PDRT, tal qual foi afirmado na Hipótese "A".

A Hipótese "B" relaciona-se à análise comparativa entre o PDRT e o Relatório Brundtland, afirmando haver uma aproximação entre os meios propostos por estas estratégias.

Neste caso, devemos nos reportar à TABELA I - Classificação dos Atores Sociais, à análise feita acima sobre o PDRT e aos dados apresentados nos Capítulos II e III. Assim, podemos notar que o objetivo do Governo Estadual com a realização do Programa de Despoluição do Rio Tietê é "reverter o quadro crítico de poluição, tanto do Rio Tietê como dos seus principais afluentes." (COMISSÃO ESPECIAL PARA O PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DO RIO TIE-TÊ:1991, p.1). Com este objetivo, são traçadas metas ambientais, como por exemplo de despoluir 50% do Rio Tietê até 1994. Com relação à poluição industrial, existem leis presentes na Constituição Estadual que guiam a ação da CETESB no controle dos efluentes industriais.

Portanto, quanto à ação dos órgãos governamentais, temos o estabelecimento de metas ambientais que devem corresponder ao cumprimento de leis, regulamentações e padrões ambientais, visando evitar e diminuir a poluição.

Assim como no PDRT, também no Relatório "Nosso Futuro Comum" são propostas estas formas de ação na busca do desenvolvimento industrial sustentável. Esse Relatório ressalta a necessidade de que sejam definidas metas ambientais e estabelecidos incentivos, leis, regulamentações e padrões ambientais para as empresas industriais. Essas políticas devem voltar-se, prioritariamente, aos "problemas de saúde pública ligados à poluição industrial e aos rejeitos perigosos" (CMMAD:1991, p.245).

Notamos, nesse aspecto uma aproximação entre as políticas preconizadas pelo Relatório "Nosso Futuro Comum" e aquelas implantadas pelo Governo Estadual através do Programa de Despoluição do Rio Tietê.

Outro ponto do Relatório "Nosso Futuro Comum" que é considerado relevante numa estratégia de desenvolvimento industrial sustentável é o aperfeiçoamento das estatísticas ambientais e da análise dos dados referentes às atividades industriais.

Também no PDRT é dada especial atenção a esse aspecto. Para agilizar as ações administrativas de controle da poluição industrial é proposto no Projeto 3, como parte do Programa que cabe à CETESB, a implantação de um sistema integrado de processamento de dados.

Ainda quanto ao papel dos órgãos governamentais, segundo o Relatório "Nosso Futuro Comum", devemos ressaltar a importância

dada à educação dos cidadãos e ao estímulo às suas iniciativas.

O dever de educar os cidadãos também é ressaltado no PDRT, representando mais uma semelhança entre as estratégias presentes nos dois documentos.

"O projeto de saneamento básico da Região Metropolitana, que prevê a despoluição do rio Tietê, engloba os sistemas de tratamento de esgoto, recuperação dos recursos hídricos, disposição do lixo, combate à erosão, além do fortalecimento dos órgãos responsáveis pelo controle ambiental e um amplo programa de educação da população." (SÃO PAULO, Governo Estadual, SABESP s.d., p.10, grifo nosso).

Passemos agora à análise comparativa com relação aos atores não governamentais.

Vimos, na discussão da Hipótese "A", que a forma de atuação das ONGs realiza-se tanto através do controle ao PDRT quanto de programas de educação ambiental.

Essas ações aproximam-se muito do que é proposto no Documento "Nosso Futuro Comum" para as ONGs:

"As ONG deveriam dar alta prioridade à continuidade de sua atuação conjunta em projetos e programas de cooperação para o desenvolvimento. (...) Com frequência, as ONG e os grupos privados e comunitários podem ser uma alternativa eficaz para as agências públicas, na execução de programas e projetos. Além disso, podem atingir determi-

padrões grupais-alvo, que as agências públicas não atingem" (CMMAD:1991, p. 366/367, grifo nosso).

Com respeito à cooperação entre governos e indústrias, vimos que o Relatório "Nosso Futuro Comum" assinala que "a cooperação entre governos e indústrias seria ainda mais facilitada se fossem criados conselhos consultivos conjuntos para o desenvolvimento sustentável - para formular e implementar políticas, leis e regulamentações para formas mais sustentáveis de desenvolvimento." (CMMAD:1991, p. 368)

Nesse sentido, o PDRT não apresenta grande avanço, conforme visto anteriormente. O acordo firmado entre a FIESP e as Secretarias de Estado de Meio Ambiente e de Energia e Saneamento, segundo Carlos Paranhos, consultor técnico da FIESP, tem a função de dar orientação aos empresários associados, para que seja cumprido o estabelecido no Programa.

Quanto à participação dos órgãos-financiadores internacionais, o Relatório "Nosso Futuro Comum" ressalta a necessidade de que os empréstimos realizados por instituições financeiras multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI, levem em conta a sustentabilidade, pois que as condições exigidas para esses empréstimos servem de "ponto de referência para empréstimos paralelos de outras instituições". (CMMAD:1991, p. 84)

Com relação ao PDRT, o fato de tratar-se de um Programa que busca combater a poluição é apresentado por ambientalista, em entrevista em abril de 1993, como um dos pilares da realização dos empréstimos feitos pelo Banco Mundial e pelo BID:

"O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento têm cláusulas onde têm que apresentar estudos de impacto ambiental, relatórios de impacto ambiental para obras que eles estejam financiando. É uma exigência hoje internacional."

Além disso, deve-se relembrar que a maior participação dos "indivíduos" no PDRT se deu na "Campanha pela Recuperação e Preservação do Rio Tietê", principalmente através de um abaixo-assinado pedindo a despoluição desse rio, que contou com mais de um milhão de assinaturas. Mais uma vez notam-se semelhanças entre essa forma de atuação e o Relatório "Nosso Futuro Comum", que aponta a importância do apoio e do envolvimento dos cidadãos para obtenção do desenvolvimento sustentável.

Portanto, como pudemos acompanhar através dessa análise comparativa, há uma aproximação entre as formas de atuação dos diversos atores sociais no PDRT e no Relatório "Nosso Futuro Comum". Para ambos, o governo é a instância privilegiada na formulação e na execução das estratégias de desenvolvimento preconizadas, que devem contar, também, com a atuação de outros atores sociais. Isso vem a confirmar a Hipótese "B" deste trabalho.

Contudo, mais uma vez atentamos para o fato de não haver continuidade na participação da população após o surgimento do PDRT, a não ser no controle do mesmo.

Mesmo com respeito à Campanha das Assinaturas, há depoimentos que associam essa mobilização à atuação da SOS Mata Atlântica nesse processo. Nesse caso, a mobilização popular parece ter funcionado mais como uma forma de respaldo político ao PDRT do que de pressão à sua realização, não contribuindo, assim, de forma significativa, para a conscientização ambiental das pessoas envolvidas nesse processo.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ Especializada refere-se ao fato que "uma parte substancial dos recursos produtivos se destina a sucessivas ampliações do setor exportador de produtos primários, ao passo que a demanda de bens e serviços, que aumenta e se diversifica, é atendida, em grande parte, por meio de importações". Por oposição, os países centrais apresentam uma gama de produtos e serviços diversificada. Já a classificação dos países periféricos enquanto possuidores de uma estrutura produtiva heterogênea refere-se à produtividade de seus diferentes setores, pois que coexistem atividades em que se utilizam tecnologias antiquadas, portanto de baixa produtividade, e setores, como o setor exportador, onde a produtividade atinge níveis altíssimos. Quanto aos países centrais, possuem uma estrutura homogênea em relação à produtividade dos setores (RODRIGUEZ, 1981:38).

² "Quando se aceita a perspectiva de que os influxos do mercado, por si mesmos, não são suficientes para explicar a mudança nem para garantir sua continuidade ou sua direção, a atuação das forças, grupos e instituições sociais passa a ser decisiva para a análise do desenvolvimento." (CARDOSO e FALETTI, 1970:30)

³ "O desenvolvimento não se mantém se a base de recursos ambientais se deteriora; o meio ambiente não pode ser protegido se o crescimento não leva em conta as consequências da destruição ambiental. Esses problemas não podem ser tratados separadamente por instituições e políticas fragmentadas. Eles fazem parte de um sistema complexo de causa e efeito." (CMHAD, 1991:40)

⁴ Existem questões que estão relacionadas de forma indireta ao Programa de Despoluição do Rio Tietê, como é o caso da situação do Rio Tamanduateí. Segundo estudo do DAEE e da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), esse rio terá redução de cerca de um terço de sua vazão no final de 1994, quando o governo estadual calcula que os efluentes de 255 indústrias do PORT estarão ligados à rede de esgotos da Companhia de Saneamento Básico (SABESP). Essa diminuição da vazão do Rio Tamanduateí afeta negativamente diversas indústrias da região que captam água deste rio. Outro problema relacionado ao Programa de Despoluição do Rio Tietê está ligado ao fim do bombeamento das águas do rio Pinheiros para a represa Billings, decretado em outubro de 1992, para evitar o despejo de 1,1 toneladas diárias de esgotos domésticos e industriais nessa represa. Deve-se ressaltar que o fim do bombeamento consta da Constituição do Estado de São Paulo de 1989. Nesta, foi determinado um prazo de três anos para ser encerrado esse bombeamento, portanto em 1992. No decorrer desse prazo, as indústrias que captam água da Represa Billings deveriam prever novas fontes de captação de água, o que não foi feito. Como resultado, com a finalidade de alimentar a usina Henry Borden e as indústrias do pólo de Cubatão, na baixada santista, são bombeados 50 metros cúbicos por segundo da represa Billings. Com relação a essa questão, foram realizados estudos pela Eletropaulo,

que concluem que se for mantida a situação atual na represa, corre-se o risco de que ela seque até novembro deste ano. Esses problemas levantados relacionam-se ao Programa de Despoluição do Rio Tietê, ainda que de forma indireta, razão pela qual só os apresentamos e não nos aprofundaremos nestas questões, que fogem à nossa discussão.

⁵ Conforme apostila elaborada pelo Núcleo União Pró-Tietê para divulgação de suas atividades.

BIBLIOGRAFIA

- ACOT, P. (1990) História da Ecologia. Rio de Janeiro, Campus, 212p.
- CARDOSO, F.H. (1985) As Ideias e seu Lugar. Vozes.
- CARDOSO, F.H. e FALETTTO, E. (1970) Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA - CEPAL (1991) El desarrollo sustentable: transformación productiva, equidad y medio ambiente. Santiago, CEPAL, 146 p.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA - CEPAL (DEC/1980) CEPAL Review United Nations Publication.
- CETESB (MAR/1993) Programa de Despoluição do Rio Tietê. Relatório técnico, 10 p.
- COMISION de Desarrollo y Medio Ambiente de America Latina y el Caribe - CDMAALC (1990) Nuestra Propria Agenda, 102 p.
- COMISSÃO ESPECIAL PARA O PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DO RIO TIE-TE (1991) Programa de Despoluição do Rio Tietê. Documento elaborado pelo Grupo Executivo para Despoluição do Rio Tietê, 06

P

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD
(1991) Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro, Editora da Fundação
Getúlio Vargas, 430 p.

ELETROPAULO. Departamento de Patrimônio Histórico (ABR/1992) Me-
mória Especial, 36 p.

ELY, A. (1990) Economia do Meio Ambiente. Porto Alegre, Fundação
de Economia e Estatística.

FERREIRA, L.C. (1992) Estado e Ecologia: Novos Dilemas e Desafios
(A Política Ambiental no Estado de São Paulo). Campi-
nas, FECH/UNICAMP, Tese de doutorado, 284 p.

FRACALANZA, D.C. (1992) O Conflito Homem-Natureza nos Livros Di-
dáticos para o Ensino de Ecologia no Segundo Grau. Campinas,
FE/UNICAMP, Tese de doutorado, 185 p.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPT
(1992) Technology, environment and development. São Paulo, Se-
cretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômi-
co/Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 104 p.

IUCN-WWF (1991) Cuidando do Planeta Terra Uma Estratégia
para o Futuro da Vida. São Paulo (Mario Ernesto Humberg, edi-

(ou responsável)).

MTLARÉ, E. e MAGRI, R.V.R. (1990) Cubatão - um modelo de desenvolvimento não sustentável. in: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, vols. 1 e 2.

MERY JUNIOR, J. M. (MAI/1993) Programa de Despoluição do Rio Tietê - Algumas Considerações. Relatório Informativo, apresentado por ocasião do Fórum de Lideranças e Assessorias da Associação Nacional do Solo Urbano - ANSUR de maio de 1993, 21p.

MERY JUNIOR, J. M. (JUN/1993) Alguns Aspectos Relevantes à Atuação da ANSUR no Programa de Despoluição do Rio Tietê. Relatório apresentado por ocasião do Fórum de Lideranças e Assessorias da Associação Nacional do Solo Urbano - ANSUR de julho de 1993, 7 p.

OLIVEIRA, C. A. B. e HENRIQUE, W. (1990) Determinantes da Pobreza no Brasil - um roteiro de estudo. in: São Paulo em Perspectiva, São Paulo.

RODRIGUEZ, O. (1981) Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

SÃO PAULO, Governo Estadual (FEV/1992) Rio Tietê Especial. Material de Divulgação, 8 p.

- SÃO PAULO. Governo Estadual. Secretaria de Energia e Saneamento. SABESP (1992) Projeto Tietê. Relatório de 1992.
- SÃO PAULO. Governo Estadual. SABESP (s.d.) Projeto Tietê. Folheto de divulgação, 12 p.
- SCHMIDHEINY, S. (1992) Mudando o Rumo - Uma perspectiva empresarial sobre desenvolvimento e meio ambiente. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- SHIVA, V. (1989) Des novos limites às políticas ambientais. Aula magna apresentada na Convenção Científica Internacional de Siena (31/10 a 02/11/1989), 10 p.
- SUNKEL, O. (1984) La Dimensión Ambiental en los Estilos de Desarrollo de América Latina. Santiago de Chile, Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente.
- VIOLA, E.J. (1991) O Movimento Ambientalista no Brasil (1971-1991): da Denúncia e Conscientização Pública para a Institucionalização e o Desenvolvimento Sustentável. Caxambu, ANPOCS.
- VIOLA, E.J. e LEIS, H.R. (1991) A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: do Bissetorialismo Preservacionista para o Multissetorialismo Orientado para o Desenvolvimento Sustentável. Florianópolis.

ANEXO I

RELAÇÃO DO MATERIAL DE IMPRENSA UTILIZADO

Levantamento realizado junto ao acervo da ONG "Núcleo União Pró-Tietê":

Antecedentes

23/09/1975 - O Estado de São Paulo - Reportagem intitulada "Cetesb nega perigo na espuma".

25/09/1975 - O Estado de São Paulo - Reportagem intitulada "Governo pretende proibir os detergentes poluidores".

28/09/1975 - O Estado de São Paulo - Reportagem intitulada "Contaminação do rio paulista preocupa ministro argentino".

06/09/1983 - O Estado de São Paulo - Reportagem intitulada "Prefeitos contra poluição do Tietê".

12/04/1987 - O Estado de São Paulo - Reportagem intitulada "A luta contra a poluição do Tietê ganha adeptos".

23/10/1988 - Folha de São Paulo - Reportagem intitulada "Protesto Ecológico lança barcos ao Tietê e pede a despoluição do rio".

Relação dos jornais e revistas utilizados para o período de setembro de 1990 a junho de 1993:

Correio Brasiliense - Brasília - D.F. 19/11/1991.
 CREA - São Paulo - S.P. 11/1991, 12/1991.
 Diário Popular - São Paulo - S.P. 09/08/1991 a 01/02/1992.
 Folha de Biritiba - Biritiba - S.P. 06 e 12/06/1992.
 Folha de São Paulo - São Paulo -S.P. 12/08/1991, 30/08/1991.
 Folha Metropolitana - São Paulo - 22 e 23/03/1992.
 Gazeta Mercantil - São Paulo- S.P. 09/08/1991, 16/08/1991.
 Jornal da Tarde - São Paulo - S.P. 07/09/1990 a 09/11/1991.
 Jornal da UNESP - São Paulo - S.P. 12/1991.
 Jornal do Brasil - São Paulo - 19/03/1992, 13/04/1992.
 O Diário de Osasco - São Paulo - S.P. 09/11/1991.
 O Estado de São Paulo-São Paulo-S.P. 13/09/1990 a 12/05/1992
 O Liberal - Americana - S.P. 18/06/1992.
 Relatório da Gazeta Mercantil - São Paulo - S.P. 16/08/1991.
 Revista Construção - São Paulo - S.P. 03/1992.
 Revista Veja - São Paulo - S.P. 08/05/1991, 30/10/1991.
 Shopping News - São Paulo - S.P. 19/04/1992.
 Superinteressante - São Paulo - S.P. Ano 6, Nº 6, Junho 1993.

Levantamento realizado através de assinatura anual do jornal "Gazeta Mercantil", a partir de junho de 1992: foi selecionado este jornal para acompanhamento após o início da pesquisa pelo fato de trazer diariamente uma seção dedicada ao meio ambiente, e por vir acompanhando os acontecimentos que envolvem o "Programa de Despoluição do Rio Tietê".

ANEXO II

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Ambientalista - abril de 1993

Édson José Andrigueti - abril de 1993

Coordenador de Projetos/Grupo Executivo da SABESP

Eduardo Serpa - agosto de 1992

Engenheiro da CETESB

Helder Wuol - abril de 1993

Coordenador do GENT - Grupo Ecológico Nascente do Tietê

Mário Mantovani - agosto de 1992

Coordenador do Núcleo União Pró-Tietê

Roselânea Soares dos Santos - abril de 1993

Engenheira do DAEE - Grupo Executivo do Projeto Tietê

Carlos S. Paranhos Neto - abril de 1993

Consultor Técnico da FIESP

ANEXO III

TÓPICOS PARA ENTREVISTAS

1) Quanto à formulação do Programa:

-quais foram os problemas considerados principais para a poluição do Rio Tietê (falta de saneamento básico/processo de industrialização/forma como se deu o desenvolvimento/não utilização de filtros pelas indústrias)?

-de onde partiu a demanda/sugestão pelo programa (ONGs, abaixo-assinados, governo, órgãos de controle da poluição, pressão internacional, possibilidades de verbas, etc.)?

-quem participou na sua formulação (órgãos/entidades)?

-forma de definição das normas (quem as define, como são definidas, quais as possibilidades de alteração?)

2) Quanto à implementação do Programa:

-qual o objetivo/meta principal?

-de onde vêm os recursos/como é feito o financiamento (tem exigências por parte do financiador/quais)?

-quais são as tecnologias utilizadas?

-quem define a tecnologia utilizada/como é obtida essa tecnologia?

-há participação das esferas de governo federal/municipal no Programa/qual a competência de cada uma das agências governamentais no Programa?

-quem define os critérios que as empresas têm que cumprir (são os mesmos técnicos que participaram da elaboração do mesmo?)

3) Quanto ao controle do Programa:

-quem participa do controle do Programa?

-quem participa do controle das empresas?

-qual o papel das ONGs ou de outros setores sociais organizados nesse controle?

ANEXO IV

COMISSÃO ESPECIAL PARA O
PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DO RIO TIETÊ (*)

PRESIDENTE

Governador - Luiz Antônio Fleury Filho

MEMBROS

Secretário de Energia e Saneamento - José Fernando C. Boucinhas

Secretário do Meio Ambiente - Edis Milaré

Secretário de Planejamento e Gestão - Ernesto Lozardo

Secretário da Saúde - Vicente Amato Neto

Secretário da Habitação - Arnaldo Calil Pereira Jardim

Secretário da Fazenda - Eduardo Maia de Castro Ferraz

Assessor Especial do Governador para Assuntos Especiais - Luiz
Gonzaga de Mello Belluzzo

GRUPO EXECUTIVO

Coordenador Geral - José Fernando da Costa Boucinhas

Presidente da SABESP - Álvaro Paschoal Nacif Grabriele

Presidente da CETESB - Walter Lazzarini Filho

Superintendente do DAEE - Francisco de Assis Ramalho Além

ADJUNTOS

Secretaria de Energia e Saneamento - Coordenador Geral - Norman Puggina

SABESP - Atílio Mariano de Araújo Pereira

CETESB - Cláudio Fachini

DAEE - Marco Antônio Palermo

Assessor de Articulação e Comunicação Social - Geraldo Cesar Bassoli Cezare

(*) A composição desta comissão consta no Relatório de 1992 do Projeto Tietê, editado pelo Governo do Estado de São Paulo e pela Secretaria de Energia e Saneamento. Os membros citados, portanto, podem atualmente não mais fazer parte da mesma.